

API

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

XIXº Exercício



Exercício 2023
RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Envolvente socioeconómica	5
3. Acontecimentos relevantes.....	6
4. Evolução do negócio.....	10
4.1 Produção de água dessalinizada.....	10
4.2 Balanço salino	12
4.3 Fornecimento de água dessalinizada para Distribuição...	13
5. Consumo de energia eléctrica.....	15
6. Dados económico-financeiros.....	18
6.1 Actividade comercial	18
6.2 Evolução do balanço	20
6.3 Conta de resultados	21
6.4 Proposta de aplicação de resultados	24
6.5 Créditos subscritos	24
6.6 Contributo fiscal	26
6.7 Seguros contratados	27
6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração.....	26
7. Recursos humanos	26
8. Dados da sociedade.....	27
8.1 Estrutura accionista.....	27
8.2 Órgãos sociais.....	28
9. Projectos complementares.....	28
10. Evolução previsível da sociedade	29
11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício.....	30
Anexo 1. Dossier Fotográfico	31
Anexo 2. Balanço Analítico	42
Anexo 3. Demonstrações Financeiras.....	44
Anexo 4. Notas Explicativas das D. F.....	49
Anexo 5. Parecer do Fiscal Unico.....	70
Anexo 6. Parecer do Auditor.....	72

1. Introdução

Em 2023, a sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A. completou o seu 19º Exercício Económico e o 16º em atividade comercial, no decorrer dos quais, introduziu a água dessalinizada como recurso hídrico na Ilha de Santo Antão.

A APN foi constituída em 1 de Julho de 2005 pelo Estado de Cabo Verde, pela Câmara Municipal do Porto Novo e pela empresa privada Águas de Ponta Preta Lda, na sequência de um Protocolo de Acordo de Intenção assinado no dia 28 de Novembro de 2004 com o objetivo de resolver o histórico défice quantitativo e qualitativo no abastecimento de água potável à então Vila do Porto Novo.

Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial Notarial de Porto Novo sob o número 251873846/120050701 e desenvolve a sua actividade com o NIF 251873846. O seu nº de inscrição no Cadastro Industrial é o 483/PNSA/2005.

A APN realiza a sua actividade mediante uma concessão estatal, em regime BOT (Built, Operate & Transfer) por um período de trinta anos a decorrer desde 2008 (BO III SÉRIE Nº7, 15 de Fevereiro 2008), autorizada pelo Governo de Cabo Verde no Decreto-Lei nº9/2005, de 31 de Janeiro e mediante uma licença de produtor independente de água dessalinizada (MECC-Despacho nº6/2005) e uma licença de uso de recursos hídricos (ANAS, nº01/2018). A empresa dispõe igualmente de uma licença de autoprodução de energia eléctrica (MECC-Despacho nº8/2005) para o efeito.

A APN é membro associado da Câmara de Comércio do Norte de Cabo Verde desde 2014 e dispõe das certificações de controlo de qualidade HACCP e ISO9001:2015. A conjugação destes dois sistemas de qualidade, tanto a HACCP assim como a ISO 9001 na APN, com metodologia internacionalmente reconhecidos e certificadas, confere e garante ao consumidor Portonovense uma segurança no consumo sem restrições da água potável e a fiabilidade e transparência na gestão.

Em 2015, a APN integrou a plataforma SIRAS (Sistema Regulatório de Monitorização dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento em Cabo Verde), cuja função é a monitorização dos indicadores de gestão dos operadores do sector, os quais são publicados nos Relatórios Anuais dos Serviços de Água e Saneamento (RASAS-CV).

Decorridos dezoito anos de desenvolvimento desta Parceria Público-Privada, foi construída, explorada e gerida uma instalação dessalinizadora de água do mar (IDAM) com capacidade de produção de 1.000 m³/dia, cuja infraestrutura periférica inclui um sistema de captação de água do mar, um parque de tanques de armazenagem de 2.000 m³ de capacidade, uma estação elevatória à rede pública, uma derivação para carga de camiões autotanque e uma central eléctrica autónoma de 400 kW de potência.

Desde a inauguração da IDAM, a 3 de Dezembro de 2007, a Empresa já abasteceu um volume de 3,85 Hectómetros cúbicos de água potável, com continuidade de 99%, à população de Porto Novo. Foram alcançadas várias metas e objetivos que transformaram a Cidade de Porto Novo, num dos núcleos urbanos com maior disponibilidade e acesso a água potável de qualidade.

Durante este período, a cidade conseguiu alcançar as metas dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) no que diz respeito a disponibilidade, quantidade e qualidade água potável. De igual modo, esta infraestrutura assegurou aos Portonovenses o direito à água nos termos definidos pelo quadro jurídico internacional

e pelo Código da Água e Saneamento - CAS (Decreto-Legislativo nº3/2015, de 19 de Outubro), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública e para a dinamização económica da cidade.

A Instalação Dessalinizadora de Água do Mar (IDAM) completou, em 2023, dezesseis anos de atividade, fornecendo à cidade do Porto Novo um volume de 0,296 Hm³ de água potável, representando uma diminuição de 5% em relação a 2022.

A água dessalinizada tem-se consolidado como recurso hídrico flexível no atendimento da procura, continuidade no abastecimento e qualidade alimentar. O volume de água fornecida em autotanques continuou a ganhar protagonismo. Foram abastecidos 25.617 m³ por este meio. Além de recorde, representou 9% da procura e este volume foi distribuído nas recentes zonas de expansão da área urbana e nas diversas localidades do interior do Município.

No ano 2023 continuou a retoma da atividade socioeconômica após os efeitos da pandemia COVID-19.

O exercício decorreu com normalidade operacional, salvo diversos inconvenientes provocados pelo ensujamento das membranas de osmose inversa, fenómeno decorrente das enxurradas registadas em setembro de 2022. Esta circunstância e o aumento do preço da eletricidade, provocaram um desvio nos custos por causa do excesso do consumo de eletricidade e pela necessidade de substituição das membranas de osmose inversa de uma das unidades dessalinizadoras. Assim, os custos com a electricidade e com a manutenção, acabaram por encobrir a significativa redução das amortizações, uma vez concluído o período de vida útil dos equipamentos electromecânicos nesta rubrica.

O caudal médio de abastecimento foi a 810 m³/dia, com impacto direto no preço médio de produção da água dessalinizada, registando 174 ECV/m³, um aumento de 3% face ao ano anterior, representando um valor inferior em 71 escudos comparativamente ao valor da menor tarifa de distribuição. Paralelamente, o caudal médio registado ultrapassou em 35% o volume “take or pay” de 600 m³/dia estabelecido no contrato de compra-venda de água, celebrado em 2008 com a Câmara Municipal do Porto Novo.

O estado da rede de distribuição continuou a afetar o regime de funcionamento da IDAM, tendo sido necessário manter um nível de produção elevado decorrente das elevadas perdas técnicas e comerciais no sistema público, assim como as dificuldades para dar resposta às exigências de acordo com os padrões industriais de operação, devido às dificuldades de tesouraria agravadas em relação aos anos anteriores.

As perdas na rede de distribuição se estimam em 55% e não foi feita qualquer reparação, continuando a mesma a aguardar o início da implementação do Projecto de Água e Saneamento da Ilha de Santo Antão, que contará com o cofinanciamento do Governo de Cabo Verde e do BADEA.

O resultado da Empresa no exercício 2023 foi negativo, no valor de 1,5 MECV, resultante do aumento do consumo de energia elétrica, do seu maior custo e de diversas operações de manutenção, com destaque para a operação de substituição de membranas de osmose inversa na unidade dessalinizadora RO1.

2. Envolvente socioeconómica

O entorno socioeconómico a nível mundial apresenta um cenário de recuperação, após os estragos provocados pela pandemia post-COVID 19, apesar do contínuo surgimento de brotes de desestabilização por conflitos bélicos, com destaque para a guerra da Ucrânia e o mais recente conflito entre Israel e Palestina.

Cabo Verde afirma-se como destino turístico de referência, uma vez ganha a confiança dos mercados emissores de turismo, com a progressiva entrada de turistas até ao ponto de ter ultrapassado o valor psicológico de 1 milhão de entradas em 2023.

Cabo Verde tem uma superfície de 4.030 Km² e uma população que ronda os 600 mil habitantes, situando-se entre os países menores e com menos habitantes do mundo. Suas características climáticas o convertem num país vulnerável com grandes secas e fragmentação do seu território em 10 ilhas, 9 das quais habitadas. Isto provoca muitos problemas de conectividade e dificuldades para a prestação de serviços.

O arquipélago ocupa o lugar 128 num total de 191 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) segundo um recente informe do PNUD 2022, situando-se nos países de renda média e no 6º lugar entre os de maior IDH da África subsaariana. Porém, se encontra entre os países com mais dívida do mundo (2.575 M€) em relação ao seu PIB, sendo que a economia continua a depender da ajuda ao desenvolvimento, do investimento estrangeiro, das remessas dos emigrantes e do turismo.

Segundo o INE, os resultados do Indicador de Clima Económico situam-se acima da média da série, tendo atingido o mesmo valor relativamente ao ano 2022, revelando que a conjuntura económica é favorável, apesar de que o ranking “Doing Business” o situa no lugar 137º dos 190 que o integram e a taxa de Percepção da Corrupção do sector público em Cabo Verde foi de 60 pontos, pelo que encontra no lugar 35 dos 180 países.

O Governo realça um aumento significativa das receitas do Estado, redução das despesas e da dívida pública, mas também, uma grande capacidade em matéria de cobrança de imposto e arrecadação fiscal. O PIB per capita é de 3.597 €.

Cabo Verde bateu o recorde de entrada de turistas em 2023, com 1.010.739 e a ilha de Santo Antão, que possui o maior número de estabelecimentos turísticos, com 75 unidades com capacidade para 1.450 camas, recebeu cerca de 1,5% do total das entradas no país e com uma diversificação nos países emissores de turistas, com maior proveniência de países do norte da Europa.

Igualmente, em 2023 continuaram as escalas dos navios cruzeiros no Porto Novo e a Câmara Municipal acredita num futuro destino de turismo. As 20 escalas registadas em 2023 perspectivam muitas possibilidades como destino do turismo de cruzeiros, caso a ENAPOR avance com o projecto de extensão do porto, que permitirá a atracação de navios de cruzeiro de maior porte.

A atividade agrícola continuou a sua produção após as intensas chuvas registadas no período de agosto a outubro na Ilha de Santo Antão, com valores de precipitação compreendidos entre 200 e 700 mm em todas as estações meteorológicas da Ilha.

O município do Porto Novo apresenta um censo de 17 mil habitantes, mantendo-se praticamente estável nos últimos 20 anos. Regista-se uma idade média de 33 anos, uma taxa de ocupação da população activa de 36,5% e uma taxa de desemprego de

10,2%. O acesso à água potável canalizada ultrapassa os 80% dos munícipes e 78% dispõem de casa de banho.

Em termos de eletricidade, a taxa de cobertura da rede eléctrica continuou a aumentar e já supera os 95%. Incluindo os sistemas eléctricos autónomos 100% renováveis de Monte Trigo, Planalto Norte, Faial, Ribeira Alta e Figueiras, a taxa de penetração das energias renováveis atingiu 11% na Ilha em 2023.

3. Acontecimentos relevantes

JANEIRO

- No dia 1 de janeiro, a IDAM forneceu o maior volume diário de sempre à rede pública, no valor de 1.440 m³.
- Dando cobertura ao seguro de responsabilidade civil contratado pela APN, no dia 17 de janeiro, a companhia de seguros GARANTIA concedeu uma indemnização no valor de 1.754.539\$00 para reparação da conduta do emissário de salmoura da IDAM, estragado pelas enxurradas das chuvas do passado mês de setembro. Imediatamente foram contratadas as obras de empreitada para realizar a reparação desta conduta.
- Às 3:16 horas do dia 26 de janeiro foi registado um sismo de magnitude 5,1 na escala Richter, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG). O epicentro foi identificado a uma profundidade de 10.000 m, a 75 Km de distância de Porto Novo e a 75,2 km de Mindelo. Não se registaram danos.
- No dia 30 de Janeiro, iniciaram-se as obras de reparação do emissário de salmoura, que sofreu uma rotura por causa das enxurradas das chuvas de setembro de 2022. O custo dos trabalhos foi coberto pela seguradora GARANTIA, decorrente do seguro de responsabilidade civil da APN.

MARÇO

- No dia 2 de março, foram concluídas as obras de expansão, reabilitação e construção da rede e ligações de água domiciliária na zona de Alto São Tomé e em seguida iniciada a fase de testes e posta em funcionamento desta nova infraestrutura, que dotou de continuidade no serviço de abastecimento de água naquela zona, uma das mais elevadas da cidade do Porto Novo. Trata-se de uma solução provisória, à espera do início das obras do Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na ilha de Santo Antão, cofinanciado pelo Governo e pelo BADEA, que inclui a construção de uma estação de elevação e de um novo tanque de distribuição na zona de Alto de São Tomé.
- No dia 3 de março foi assinado o Acordo Parassocial da empresa ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A., pelos quatro futuros sócios, entre os quais a APN como parceiro estratégico. O evento teve lugar no edifício dos Paços do Concelho do município de Paúl, na cidade das Pombas, localidade que albergará a sede desta empresa intermunicipal.

› No dia 7 de março, a ELECTRA procedeu ao corte do serviço de abastecimento de energia eléctrica à IDAM do Porto Novo às 10:00 h. A intervenção da Câmara Municipal do Porto Novo permitiu a religação do serviço às 19:00 h. A delicada situação da tesouraria contribuiu para aumentar em 38% (6 MECV) a dívida da APN junto da concessionária nacional de distribuição de energia eléctrica.

› No dia 22 de março comemorou-se o Dia Mundial da Água 2023 com o lema “Acelerar a Mudança” e com visitas de alunos das diversas escolas do concelho do Porto Novo à IDAM.

ABRIL

› No dia 21 de abril, foram concluídas as obras de reparação do emissário de salmoura. A operação de conexão final implicou uma paragem programada da IDAM por um período de 10 horas. Até ao fim do mês, verificou-se que a nova tubagem está a funcionar devidamente, tendo desaparecido o alagamento detectado no edifício dos poços de captação de água do mar.

› A Agência Luxemburguesa para a Cooperação e o Desenvolvimento (LuxDev), publicou um anúncio de concurso público internacional para a assistência técnica na criação das empresas intermunicipais ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. e ÁGUAS DE SÃO NICOLAU S.A.

› No dia 25 de abril, organizada pela ANAS, teve lugar uma reunião dos sócios para preparar a constituição efetiva da nova Empresa.

MAIO

› No dia 26 de maio foi realizada na sala nobre dos Paços do Concelho, a sessão da Assembleia Geral Ordinária 2023 com o 100% do capital social representado. Foram aprovadas as contas do exercício 2022, o XVIIIº da sociedade, que apresentam um balanço de 311.213 mECV, capital próprio de 26.860 mECV e um resultado positivo, no valor de 834 mECV, que os acionistas deliberaram destinar às reservas e a resultados transitados para continuar a recuperar a situação patrimonial da sociedade.

› Também na AGO 2023, foi nomeado o engenheiro Helder Santos Lima como administrador representante do acionista Estado e foi deliberado por unanimidade a participação da APN na estrutura acionista da empresa ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A., cujo processo de constituição decorre, tendo os restantes acionistas, os municípios de Porto Novo, Paul e Ribeira Grande, já obtido a deliberação favorável das respectivas Assembleias Municipais.

JUNHO

› Em junho, a APN completou 15 anos da concessão em regime B.O.T. (Built, Operate & Transfer) do Sistema de Dessalinização de Água do Mar destinado ao Abastecimento do Município de Porto Novo, chegando assim a metade do período da

concessão, que se iniciou a 1 de julho de 2008 com a assinatura do contrato de compra-venda de água potável junto do Município do Porto Novo. Neste período, a IDAM do Porto Novo forneceu 3,70 Hectómetros cúbicos de água potável à rede pública de distribuição e a autotanques.

› No dia 27 de junho, foram substituídas as membranas de osmose inversa da unidade dessalinizadora de água do mar RO1.

JULHO

› No mês de julho, o cabo de ligação de energia elétrica aos poços de água do mar, até então instalado subterraneamente, foi transferido para instalação aérea, com o objectivo de prevenir eventuais danos. Uma vez realizada esta operação, a linha de 250 metros de comprimento, é de cabo de torçada em percurso aéreo com postes de madeira.

› No dia 5 de julho, a ANAS divulgou o draft dos estatutos da empresa aos futuros acionistas.

› Na última semana do mês, iniciaram-se os trabalhos de requalificação da entrada da IDAM, com vista a minimizar a entrada de água no recinto em caso de chuva.

AGOSTO

› No dia 2 de agosto, reuniram-se os futuros sócios da ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. para debater os órgãos sociais e o modelo de gestão da sociedade, não se tendo chegado a um consenso e no dia 24 de agosto foi apresentada na Ribeira Grande a proposta técnica do consórcio AQUAPOR/HIDRA para a prestação da assistência técnica à operacionalização da empresa intermunicipal para a gestão do ciclo integral da água na Ilha de Santo Antão, com o apoio da Cooperação Luxemburguesa.

› No dia 23, uma delegação da Cooperação Luxemburguesa e representantes do consórcio da assistência técnica à AdSA, visitaram a IDAM.

SETEMBRO

› Tal como no ano anterior, um novo episódio de chuvas, iniciado no dia 1 de setembro, provocou uma nova enxurrada que danificou a conduta do emissor de salmoura e alagou a zona dos poços de captação de água do mar. Devido a esta ocorrência, o fornecimento registou diversas interrupções de algumas horas nos primeiros dias do mês.

› Paralelamente aos trabalhos de requalificação da entrada da IDAM, foram iniciadas as reparações no emissor de salmoura, no percurso localizado entre a IDAM e a casa de bombas dos poços de captação de água do mar. Para a sua reposição, foi necessária uma nova paragem das unidades dessalinizadoras no dia 18 de setembro, por um período de 8 horas.

› No mês de setembro foi publicado o anúncio do concurso efetuado pelo Governo a pedido do BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África) para as obras das novas redes de água potável e saneamento de Porto Novo, inseridas no Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na Ilha de Santo Antão. Foi estabelecido um prazo de entrega das propostas até janeiro de 2024.

OUTUBRO

› No âmbito dos trabalhos de requalificação da entrada na IDAM, foi instalado um Posto de Recarga de Viaturas Elétricas em parceria com a empresa Trações Elétricas de Cabo Verde (TECV), para reforçar o avanço da transição energética nesta infraestrutura hidráulica, na vertente da mobilidade elétrica.

› No dia 6 de outubro, a central solar fotovoltaica da APN serviu de palco para uma formação acerca desta tecnologia para os alunos do IEFP.

› No dia 6, a empresa SOCADE fez a verificação de contadores de água, no âmbito da ISO9001:2015

› Em missão oficial à ilha de Santo Antão, o novo Director Executivo da ECREEE, Prof. Francis Sempore, acompanhado da Administradora Executiva e antiga Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng. Joana Flor, visitaram diversas centrais elétricas de energias renováveis, entre as quais, as solares fotovoltaicas de Monte Trigo e a APN.

DEZEMBRO

› No dia 3 de dezembro, a IDAM do Porto Novo completou 16 anos da sua inauguração. Neste período, esta infraestrutura hidráulica já produziu 3,93 Hm³ de água dessalinizada.

› No dia 6 de dezembro, celebrou-se a Assembleia Constitutiva da ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A., com a participação dos quatro acionistas, representados pelos presidentes das Câmaras Municipais de Porto Novo, Paul e Ribeira Grande, bem como o acionista tecnológico, a Águas de Porto Novo. O capital social é de 20 milhões de escudos e cada um dos acionistas detém uma participação de 25%.

› A APN conseguiu renovar os certificados de qualidade HACCP (Codex Alimentarius) e ISO9001:2015, após auditoria da APCER.

› Terminaram os trabalhos de requalificação da entrada da IDAM, bem como do seu interior. Adicionalmente, foram substituídos os holofotes de vapor de sódio do interior da área técnica por leds.

Em 2022, o Conselho de Administração reuniu-se apenas uma ocasião, no dia 2 de março.

4. Evolução do negócio

4.1 Produção de água dessalinizada

A ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A. opera uma IDAM com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de água dessalinizada sob o regime de Produtor Independente mediante a licença lavrada pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade através do Despacho nº06/2005.

unidade	sistema	Membrana	sist. poupança energia	capacidade (m ³ /día)	horas acum.
RO1	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	91.359
RO2	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	95.005

Tabela 4.1.1 Capacidade instalada

À produção de água são aplicados controlos diários em cumprimento da normativa de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que tem como referência a norma Codex Alimentarios CAC/RCP 1.0, para a qual a APN está certificada.



Os processos de captação de água do mar, elevação à IDAM, alimentação às unidades dessalinizadoras, dessalinização por osmose inversa, post-tratamento, armazenagem e elevação à rede pública são monitorizados por sistema de telecontrolo personalizado, mediante o programa informático SCADA.

A deterioração das membranas de osmose inversa no primeiro semestre, condicionaram a operação técnica da IDAM no ano 2023. As chuvas ocorridas em setembro de 2022, que provocaram inundações no recinto da IDAM e a rotura do emissário de salmoura, terminaram por sujar com limos e argilas, os poços de captação de água do mar e por aumentar a sua salinidade.

Deste modo, no dia 27 de junho foram substituídas as 42 membranas de osmose inversa da unidade dessalinizadora RO1, após 6 anos de serviço das anteriores. Mais uma vez, optou-se pelo histórico modelo FILMTEC SW30HR-380.

Continuaram a ser aplicados os procedimentos de operação e manutenção segundo as especificações da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015, de modo limitado. As limitações de tesouraria impediram concretizar a instalação do sistema de remineralização contemplado no Plano de Investimentos 2023.

Os poços de captação de água do mar, elementos fundamentais no processo de dessalinização, apresentaram um comportamento variável, muito condicionado pelos efeitos da seca no decorrer do primeiro semestre, a recarga dos lençóis freáticos no terceiro trimestre e a contaminação com salmoura após rotura do emissário por causa das enxurradas de setembro 2022, corrigidas em 2023.

Relativamente às inundações do mês de setembro de 2022, as enxurradas tinham provocado a rotura do emissário de salmoura no percurso até o mar. Até o fim do exercício não foi possível ainda, realizar a reparação, sendo que esta circunstância provocou o alagamento do terreno circundante ao edifício dos poços de captação de água do mar com o conseqüente risco de aumento da salinidade da água captada.

unidade	horas/ano	nº paragens	disponibilidade	produção (m³)
RO1	8.452	47	96%	157.027
RO2	8.160	46	93%	141.113

Tabela 4.1.2 Disponibilidade das unidades de osmose inversa

O volume produzido no ano 2023 foi de 298.140 m³, valor 4% inferior ao volume registado em 2022. O volume produzido na IDAM do Porto Novo em 2023 representa 2,3% do total da dessalinização nacional.

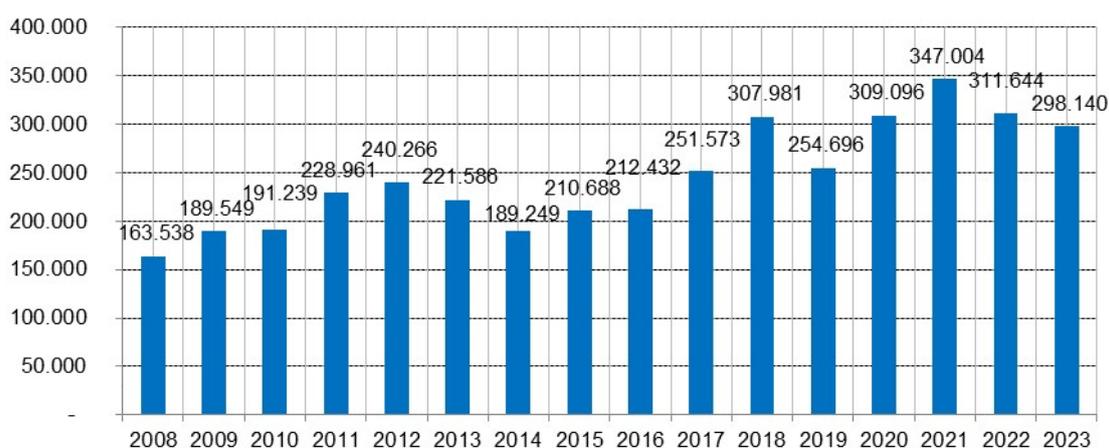


Gráfico 4.1.1 Evolução anual do volume de água dessalinizada produzido na IDAM (m³)

O caudal médio diário de produção foi de 817 m³/dia. Com este valor, a taxa de utilização da IDAM desceu até os 82%, ainda assim superior à média histórica de 67%.

A capacidade dos depósitos de armazenamento de água dessalinizada (2 x 1.000 m³), que correspondente a uma reserva de praticamente três (3) dias de consumo, permitiu evitar interrupções no abastecimento.

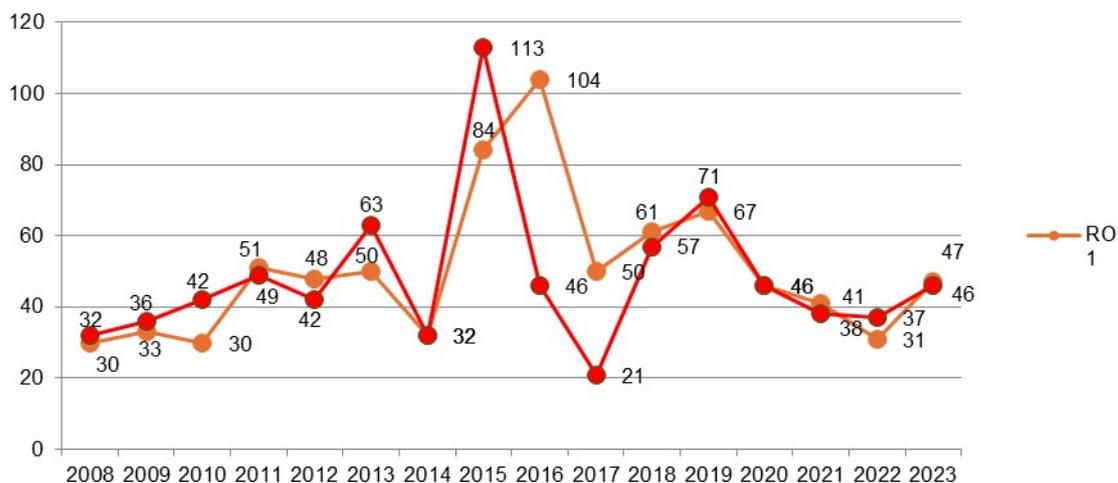


Gráfico 4.1.2 Evolução anual do nº de paragens por unidade dessalinizadora

Foram registadas em média 7,8 paragens/mês, nível inferior comparativamente ao do ano 2022, no qual se tinham registado 5,4 paragens/mês.

4.2 Balanço salino

As duas últimas épocas de chuvas (“azagua”) em 2022 e 2023 tem aliviado ligeiramente o último período de seca de 5 anos iniciada em 2017, com exceção de um breve intervalo de chuvas em 2020. Pelos registos obtidos, a salinidade dos poços de captação de água do mar diminuiu em 2023, uma vez reparado o emissário de salmoura após a sua rotura nas enxurradas de 2022.

Os valores de salinidade registados nos poços de captação de água do mar se mantiveram, em promédio, 45% abaixo dos da água do mar. Confirma-se assim, pelo 16º ano consecutivo, que a bombagem permanente afeta apenas ligeiramente a sua composição físico-química.

A média da condutividade eléctrica da água captada nos poços em 2023 foi de 28,08 mS/cm e o valor deste parâmetro medido na água do mar foi de 51,98 mS/cm, enquanto o rejeito da IDAM registou 47,28 mS/cm.



Gráfico 4.2.1 Evolução mensal da salinidade medida em condutividade eléctrica (mS/cm)

O rejeito do processo de dessalinização foi vertido ao mar a uma temperatura média de 27,6°C, enquanto a temperatura média de água do mar do canal em 2023 foi de 26,5°C.

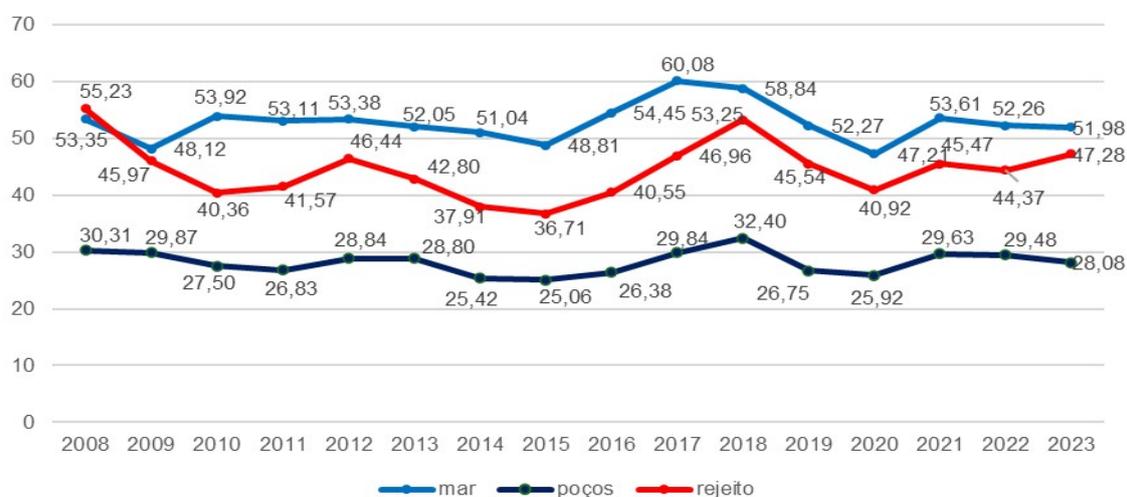


Gráfico 4.2.2 Evolução anual da salinidade medida em conductividade eléctrica (mS/cm)

4.3 Fornecimento de água dessalinizada para distribuição

Em 2023 foi fornecido um volume de 295.595 m³ ao SAAS da Câmara Municipal, representando uma queda de 5% comparativamente ao ano anterior.

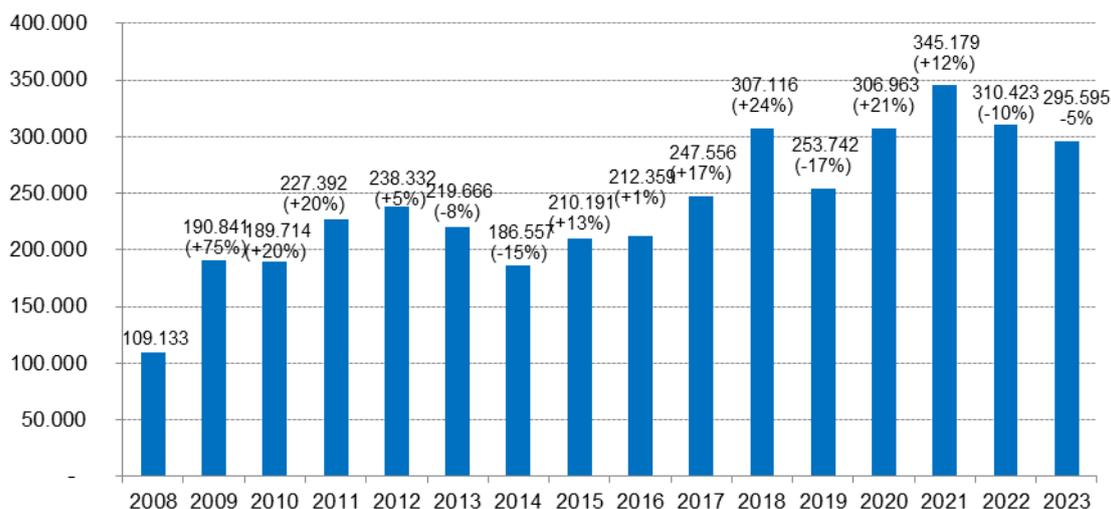


Gráfico 4.3.1 Evolução anual do volume fornecido para distribuição (m³)¹

O serviço de abastecimento à rede pública manteve a continuidade no decorrer do exercício, tendo melhorado substancialmente após a entrada em serviço das obras de expansão, reabilitação e construção da rede e ligações de água domiciliária na zona de Alto São, com as quais, a Câmara Municipal dotou de continuidade, o serviço de abastecimento de água naquela zona, uma das mais elevadas da cidade do Porto Novo.

Deste modo, em 301 dias de 2023, o fornecimento à rede foi superior aos 600 m³, contemplado no contrato de compra-venda de água como “take or pay”. Em 30, o fornecimento foi entre 500 e 600 m³ e apenas em 24 dias foi inferior a 500 m³.

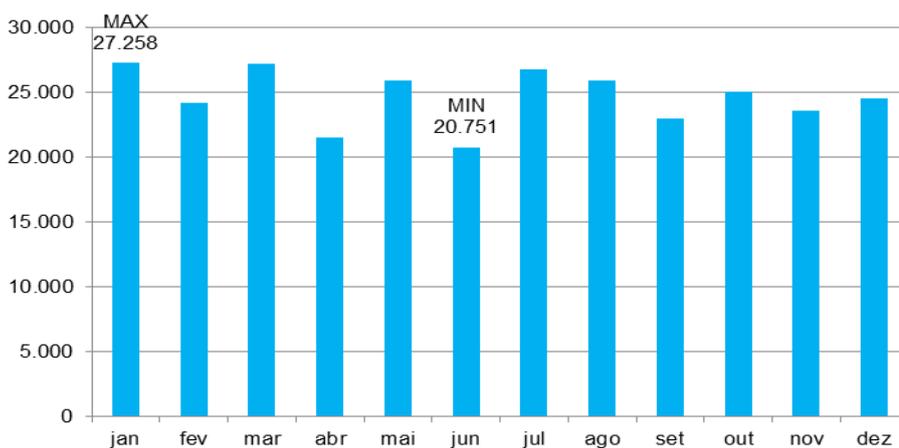


Gráfico 4.3.2 Comparativo mensal do volume fornecido para distribuição (m³)

¹ A actividade iniciou em julho de 2008, por tanto neste ano o volume corresponde ao 2º Semestre.

Com a extensão na zona do Alto de São Tomé, a procura de água na rede pública permaneceu muito elevada, mantendo-se agravada pelas perdas técnicas e comerciais nos sectores de distribuição. Foi atingido um máximo mensal de 27.258 m³.

Contrariamente aos consumos dos anos anteriores, no mês de junho registou-se o mínimo volume de fornecimento anual, com 20.751 m³, devido a limitações na produção por causa da deterioração das membranas de osmose inversa das unidades dessalinizadoras.

O caudal médio de abastecimento diário situou-se em 810 m³/dia. Este caudal ultrapassou em 35% o valor “take or pay” constante no contrato de compra-venda (600 m³/dia) pela oitava vez nos quinze (15) anos de atividade comercial.

AD (m ³)	2023		média diária
	produção	distribuição	(m ³ /dia)
janeiro	27.351	27.258	879
fevereiro	24.885	24.176	863
março	27.870	27.167	876
abril	22.496	21.510	717
maio	25.007	25.932	837
junho	20.900	20.751	692
julho	26.640	26.755	863
agosto	26.094	25.878	835
setembro	22.998	23.011	767
outubro	25.026	25.025	807
novembro	23.943	23.564	785
dezembro	24.930	24.568	793
TOTAL	298.140	295.595	810
m ³ /mês	24.845	24.633	
m ³ /dia	817	810	
m ³ /hab·dia		0,081	

Tabela 4.3.1 Volumes mensais distribuídos (m³) e média diária

A maior parte do volume de água produzida, 91% do total, foi distribuída mediante bombagem direta ao depósito principal do sistema de distribuição da rede pública, sendo que o volume fornecido em autotanques representou 9% do total. O fornecimento em autotanque continua em aumento, tendo sido alcançado um novo recorde em 2023, um volume de 25.617 m³, 0,1% superior ao valor fornecido em 2022. Este incremento do volume de distribuição por autotanque deve-se à expansão urbana da cidade de Porto Novo em áreas mais elevadas, localizadas a uma cota superior à do depósito principal de distribuição (Morre-Bráz) e as necessidades no interior dos município.

fornecimento	vol. ano (m3)	(%)
rede pública	269.978	91%
auto-tanque	25.617	9%

Tabela 4.3.2 Tipo de fornecimento

Registou-se um caudal mensal máximo de 879 m³/dia no mês de janeiro, e um mínimo de 717 m³/dia em abril.

Em termos absolutos, o registo diário mais elevado ocorreu no dia 1 de janeiro, em que foi fornecido um volume de água à rede pública de 1.440 m³, o maior valor registado de sempre. Em 2023 não houve nenhum dia sem água na rede pública e o menor volume, no valor de 210 m³, registou-se no dia 27 de junho, após uma paragem da unidade dessalinizadora RO1 para substituição das membranas de osmose inversa.

Nos dois últimos exercícios, o caudal diário fornecido aos autotanques registou uma média de 70 m³/dia, muito superior à média dos quatro anos anteriores e se verifica uma clara tendência ao crescimento desde a entrada em serviço da IDAM no ano 2007.

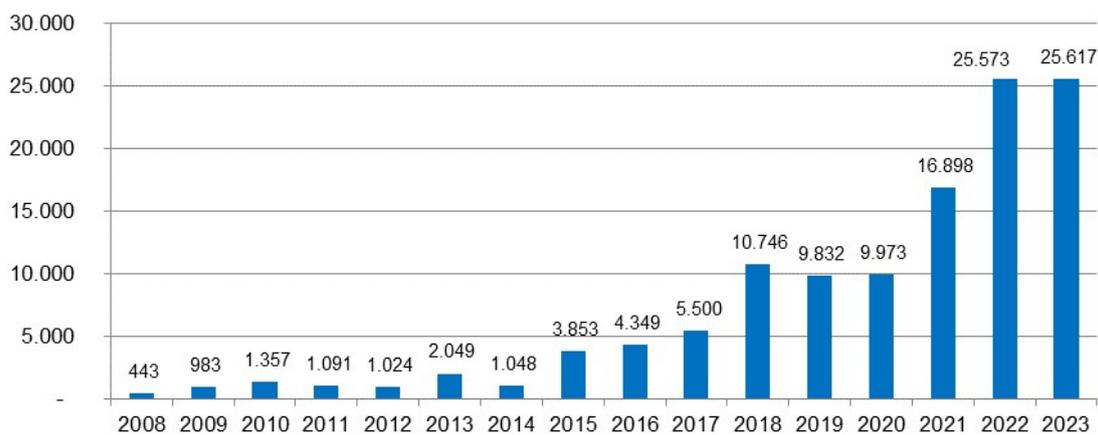


Gráfico 4.3.3 Evolução anual do volume fornecido a auto-tanques (m³)

5. Consumo de energia elétrica

A APN possui uma licença de Autoprodutor de energia eléctrica através do Despacho n°8/2005 do Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade. Desde do início da produção, coincidindo com a inauguração em Dezembro de 2007, o fornecimento de energia eléctrica da IDAM tem sido garantido exclusivamente pela Central Eléctrica Autónoma.

Contudo, o ano 2018 foi excepcional, assinalado pela conexão, pela primeira vez, à rede eléctrica pública, no mês de Março. Esta importante operação, permitiu à APN diversificar os recursos de produção e a aumentar a garantia de potência eléctrica para além da central eléctrica autónoma.

Já em 2021 foram inaugurados um Posto de Transformação de 250 KVA e uma central solar fotovoltaica de 55 kWp, com o objetivo de iniciar a descarbonização no consumo energético da produção de água potável em Porto Novo

Motor	Combustível	Alternador	Potencia (kW)	Potencia aparente (KVA)
VOLVO TAD740	Gasóleo	MECC-ALTE	400 (2x200)	500 (2x250)

Tabela 5.1 Central Eléctrica Autónoma- potência instalada

A potência contratada à ELECTRA, concessionária nacional para a distribuição de energia eléctrica, é de 150 kW, e a ligação é constituída por uma linha de cabo de LXHIOE 1X120 mm² para unir a IDAM com a Estação Transformadora da zona de Puzolana, e um armário eléctrico contendo um comutador e as preceptivas proteções eléctricas.

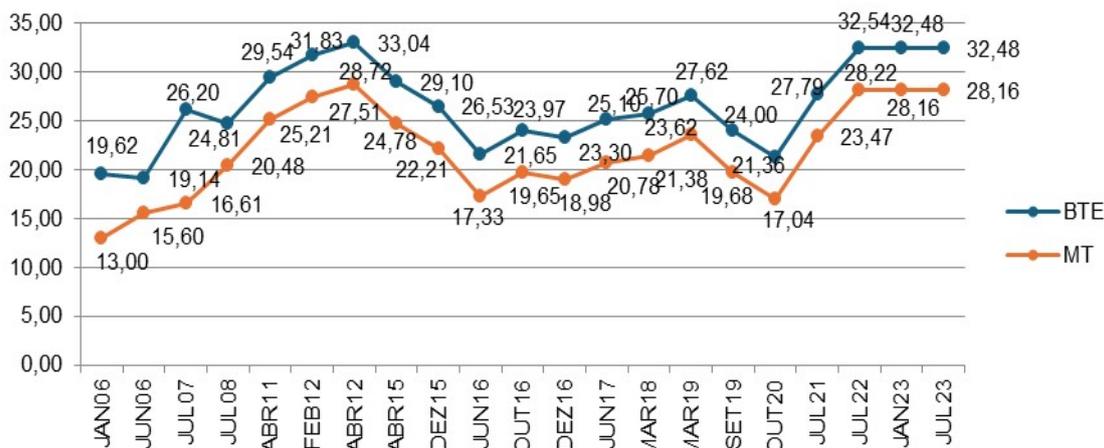


Gráfico 5.1 Evolução das tarifas de electricidade BTE-MT (ECV/kWh) (sem IVA)

O ano 2023 iniciou-se com um preço de 23,16 ECV/kWh (sem IVA) para a tarifa MT, com uma praticamente imperceptível redução de 6 centavos de escudo e manteve-se no resto do período.

No ano de 2023 a energia eléctrica consumida foi de 986 MWh, valor recorde apresentando um preocupante aumento 15% face a 2022. Este valor, representou o 5% da demanda de electricidade do sistema eléctrico da Ilha de Santo Antão em 2023.

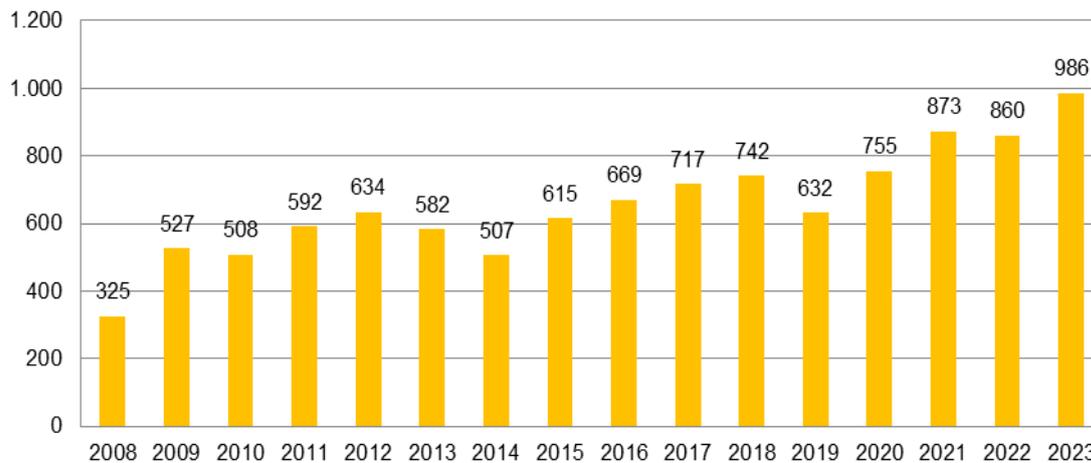


Gráfico 5.1 Evolução anual do consumo de electricidade (MWh)

Do total da energia consumida, 887 MWh (90%) foram importados da rede eléctrica pública e 99 MWh (10%) foram da autogeração com a central solar fotovoltaica.

O contributo da central solar fotovoltaica da IDAM ao sistema eléctrico da Ilha de Santo Antão foi de 1% e permitiu poupar 23 toneladas de combustíveis fósseis, evitou uma emissão de 70,25 toneladas de gás CO₂ à atmosfera.

No mês de março, registou-se um consumo de energia eléctrica recorde de 96.861 kWh, sendo que o mínimo registou-se em setembro, com 71.927 kWh por novas paragens na produção devido às chuvas.

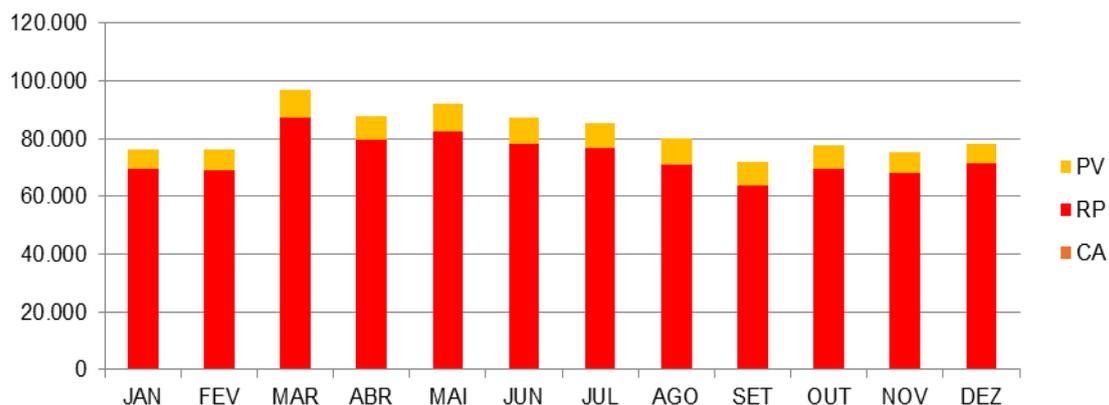


Tabela 5.2 Evolução mensal do abastecimento de energia eléctrica (kWh)

O consumo específico de energia no processo aumentou 20%, até 3,31 kWh/m³, denotando um aumento da salinidade dos poços de água de mar. Este aumento se deve, designadamente, à progressiva deterioração das membranas de osmose inversa das unidades dessalinizadoras após as chuvas registadas em setembro de 2022, que além de suja-as, provocaram a rotura do emissário de salmoura, que rompeu na altura do edifício dos poços de água do mar e infiltrou efluente nas áreas de captação.

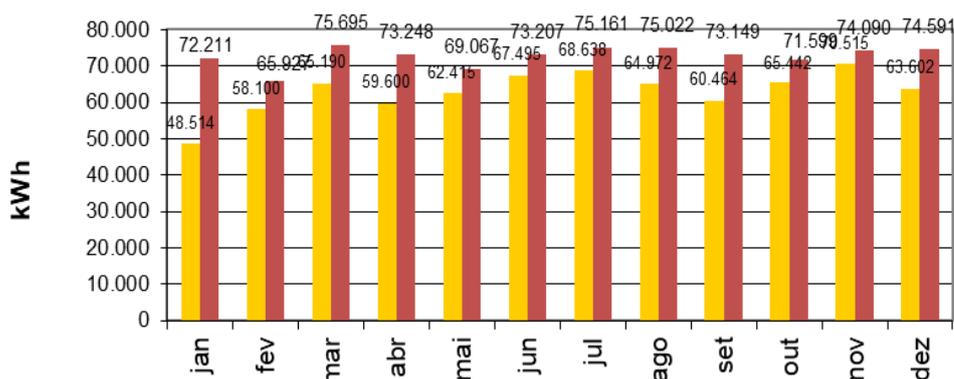


Gráfico 5.2 Consumo de energia eléctrica mensal (MWh)

O maior consumo de eletricidade registou-se no processo de osmose inversa, que com 708 MWh representou 72% do total consumido, seguido das bombas de alimentação e serviços auxiliares com 139 MWh (14%), do grupo de bombagem ao depósito de distribuição da Câmara Municipal com 65 MWh (7%) e das bombas dos poços de captação de água do mar com 73 MWh, totalizando 7%.

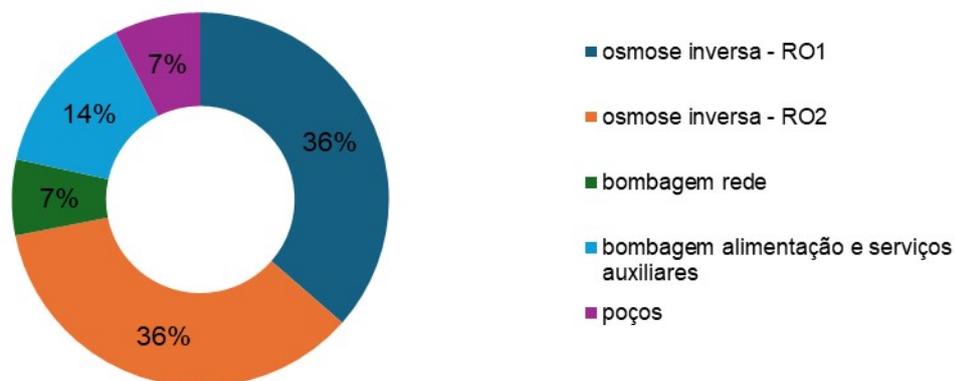


Gráfico 5.3 Distribuição dos consumos de energia eléctrica na IDAM em 2023

Em 2023 o consumo de gasóleo foi de 2.000 lt, face aos 400 lt do ano anterior. Este volume destinou-se aos arranques de manutenção dos grupos geradores da central autónoma e a eventuais serviços de emergência por ocorrências na Rede Elétrica.

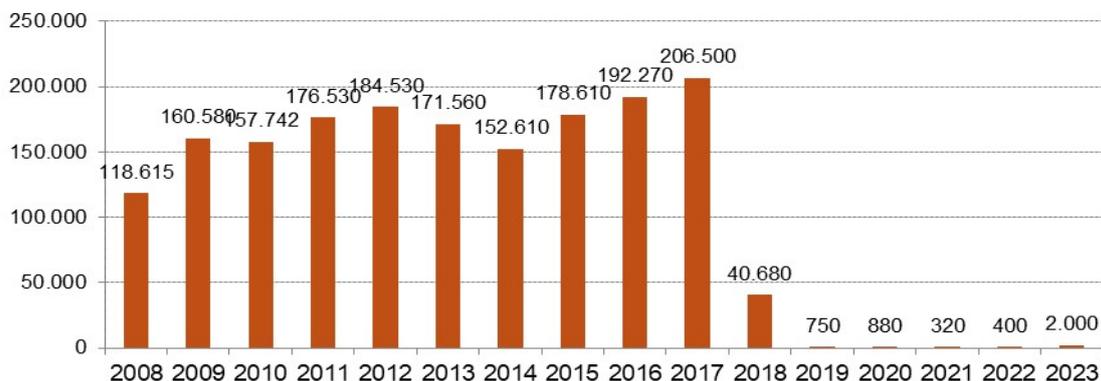


Gráfico 5.4 Evolução anual do consumo anual de combustível gasóleo (lt)

6. Dados Económico-Financeiros

6.1 Actividade comercial

O caudal médio diário situou-se nos 810 m³/dia em 2023, superando em 35%, o caudal do “take or pay” de 600 m³/dia, estabelecido no contrato de compra-venda de água dessalinizada, celebrado entre a Câmara Municipal do Porto Novo e a APN em 2008.

Em 2023 não houve alterações nos parâmetros do modelo tarifário para a produção de água dessalinizada por parte da Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) e a última atualização data de 12 de Julho de 2019.

A diminuição da demanda provocou um incremento do preço de produção da água dessalinizada, em cerca dos 2% interanual, aumentando até os 172 ECV/m³, que representa um acréscimo de 3 ECV em termos absolutos,

Não obstante, o preço médio de produção de água dessalinizada ter registado um ligeiro aumento em 2023, continuou a representar um valor inferior comparativamente ao 1.º nível do escalão doméstico (245,2 ECV/m³) para a atividade de distribuição, apresentando uma margem de 73 ECV/m³ (30%).

A evolução histórica do preço de produção de água dessalinizada na IDAM do Porto Novo, evidencia uma redução gradual em relação aos valores registados nos primeiros anos de actividade. O valor médio obtido no ano 2023 apresenta uma queda de 42% em relação ao preço praticado no primeiro ano de actividade comercial (**Gráfico 6.1.1**), mesmo com preços de energia bastantes superiores aos praticados no contexto atual.



Gráfico 6.1.1 Evolução do preço neto (sem I.V.A.) de produção de água dessalinizada (CVE/m³)

No mês de junho, verificou-se o maior preço, no valor de 194 CVE/m³. O menor preço registou-se em julho, no valor de 160 CVE/m³.

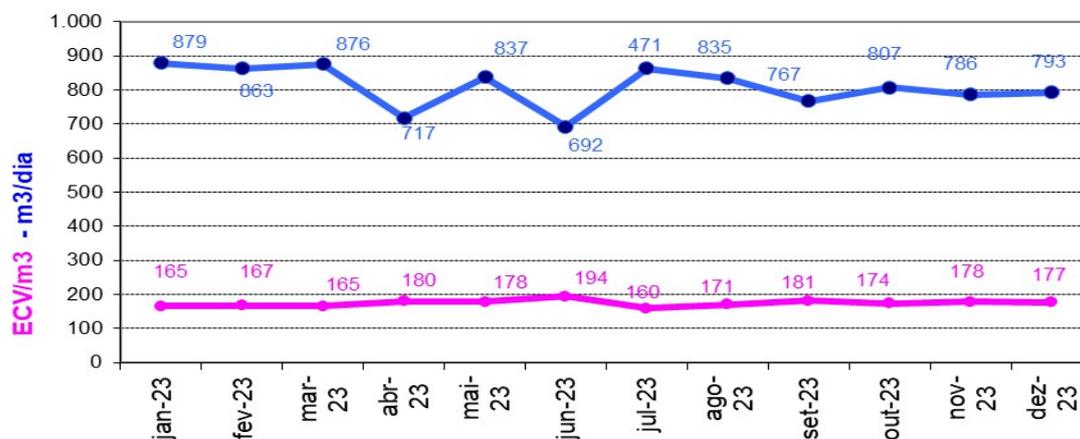


Gráfico 6.1.2. Preço neto médio mensal / caudal médio diário

O volume de negócio em 2023, foi de 53.235 mECV (-4%), dos quais 51.269 mECV resultantes da venda de água e o restante, 1.965 mECV em outros rendimentos e ganhos. Destes, 1.745 mECV correspondente ao processo de indemnização por parte da seguradora referente ao sinistro das obras de reparação do emissário de salmoura, resultante dos estragos causados pelas chuvas intensas ocorrido em Setembro 2022, e 219 mECV referente ao subsídio atribuído pela UNIDO – *United Nations Industrial Development Organization*, destinado à instalação de painéis solares, numa potência de 55 kWp, para a geração de energia eléctrica para auto-consumo na produção de água dessalinizada nas instalações da APN, em Santo Antão, correspondente a 30% do total do projecto de investimento.

O crónico défice de pagamentos efectuados pela Câmara Municipal, o maior problema no funcionamento da sociedade, continuou com a mesma tendência em 2023. Os pagamentos realizados pelo único cliente, aumentaram 3%, até um valor de 29.800 mECV em 2023, mas apenas representaram 54% do valor facturado.

(CVE)	Facturação APN	Pagamentos CMPN	ratio P/F
2008	32.749.264	10.368.936	32%
2009	58.442.778	26.500.000	45%
2010	53.319.269	24.680.000	46%
2011	57.566.163	28.585.000	50%
2012	59.207.738	31.255.000	53%
2013	64.459.863	112.750.000	175%
2014	56.892.175	38.181.376	67%
2015	51.306.009	40.149.444	78%
2016	47.866.405	27.878.806	58%
2017	52.617.630	79.728.972	152%
2018	52.873.672	32.012.000	61%
2019	52.988.719	34.055.625	64%
2020	59.384.458	31.486.875	53%
2021	62.510.220	27.350.000	44%
2022	56.632.142	28.850.000	51%
2023	55.371.494	29.800.000	54%
TOTAL	874.187.999	603.632.034	69%

Tabela 6.1.2. Evolução anual da facturação emitida e pagamentos recebido (ECV)

O valor pendente em dívida acumulado no final do Ano Económico 2023 ascende a 272.434 mECV, um aumento de 10% face aos 246.871 mECV que se verificavam no final do exercício de 2022.

Durante os primeiros anos de operação, o superior preço da água dessalinizada em relação à menor tarifa de distribuição, representava o principal factor de não pagamento, mas nos últimos anos, são as perdas técnicas e comerciais na rede, o motivo do desfasamento entre faturação e pagamento.

No decorrer da pandemia, o Governo através do Ministério das Finanças e com a coordenação técnica da ANAS, tinha constituído um fundo de equilíbrio social para beneficiar às famílias vulneráveis e facilitar o acesso à água potável e energia. Com este mecanismo, o objetivo é isentar o pagamento das faturas a pessoas em situação de risco social e compensar estes valores às operadoras. No final do exercício 2022, os SAAS-PN contabilizavam 9.404.414 mECV por este conceito e assumiu-se o compromisso de repassar estes valores à APN com o objetivo exclusivo de liquidar e regularizar as faturas pendentes de liquidação acumuladas junto aos fornecedores operacionais, entre os quais a concessionária nacional de distribuição de energia, a ELECTRA NORTE S.A.U. Porém, no decorrer de 2023 este valor não foi liquidado.

Para manter a infraestrutura operacional, o défice de tesouraria foi garantida por empréstimos do acionista APP, no valor total de 18.533 mECV no decurso do ano 2023.

6.2 Evolução do Balanço

O Balanço Analítico, a 31 de dezembro de 2023, apresenta um Activo Líquido de **331.108.402** ECV e um Capital Próprio de **25.348.098** ECV.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022	var
Activo	331.108.402	311.213.116	+6%
Activos Fixos Intangíveis	53.109.574	59.333.568	-11%
Investimentos em curso	0	0	--
Activo Não Corrente	53.109.574	59.333.568	-19%
Inventários	2.426.559	1.961.268	+24%
Clientes	272.442.561	246.871.094	+10%
Estado e Outros Entes Públicos	1.856.610	1.799.817	+3%
Outras Contas a Receber	28.000	0	--
Diferimentos	0	0	--
Caixa e Depósitos Bancários	1.245.098	1.247.369	--
Activo Corrente	277.998.828	251.879.548	+13%
Passivo	331.108.402	311.213.116	+6%
Capital realizado	44.000.000	44.000.000	--
Reservas legais	862.199	821.079	+5%
Outras variações no capital próprio	-1.806.655	-1.806.655	--
Resultados transitados	-16.196.612	-16.989.302	-5%
Resultado líquido do período	-1.511.434	834.410	-77%
Capital Próprio	25.348.098	26.859.532	-6%
Passivo Não Corrente	214.949.327	200.249.985	+7%
Passivo Corrente	90.810.977	84.103.599	+8%
Total do Passivo	305.760.304	284.353.584	+8%

No que diz respeito ao activo corrente, esta rubrica continua muito condicionada pelo contínuo aumento anual da dívida do único cliente, a Câmara Municipal do Porto Novo, a um ritmo anual de dois dígitos.

O resultado negativo provocou a redução dos Capitais Próprios em 6%, registando 25.348.098 ECV, o que representa 58% do capital social.

Por sua vez, o Passivo Total aumentou 8%, até 305.760.304 ECV por incremento dos suprimentos do accionista APP e das dívidas com fornecedores, nomeadamente a ELECTRA NORTE SAU. É de salientar que também aumentou a dívida junto da Agência Nacional da Água e Saneamento (ANAS), mas no segundo semestre do exercício, conseguiu-se reiniciar o pagamento mensal da taxa de extração de água do mar.

6.3 Conta de Resultados

O volume de negócios atingiu **53.235.301 ECV**, tendo registado um decréscimo de 4% em relação ao ano anterior. A *Venda* de água diminuiu e os termos da tarifa não foram alterados, assim como a rubrica de *Outros rendimentos e ganhos* resultante em grande parte dos recebimento de indemnizações por parte das seguradoras referente aos processos de sinistro ocorridas na instalações da APN.

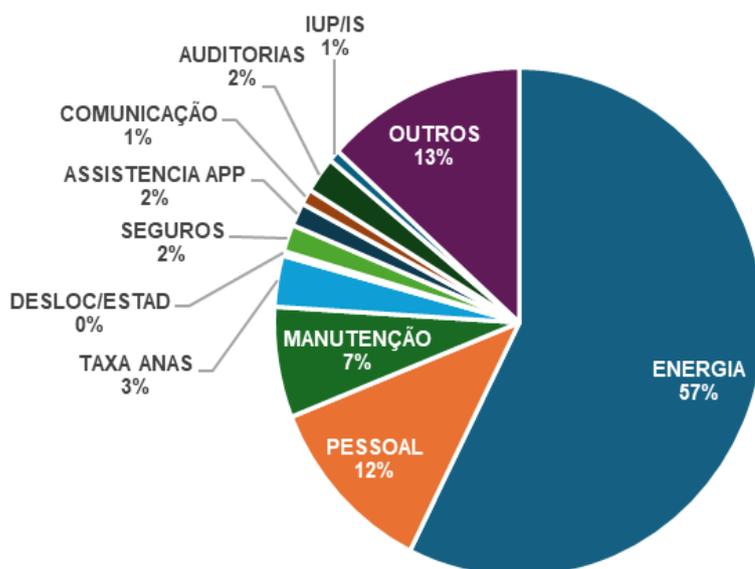


Gráfico 6.3.1. Distribuição dos custos operacionais em 2022 (%)

O Resultado Bruto (EBITDA) reduziu em -60% interanual, até 7.780.515 ECV, produto dos maiores custos, nomeadamente em energia e manutenção.

O maior custo operacional da IDAM continua a ser a energia eléctrica, sendo então o maior fornecedor a ELECTRA (ELECTRA NORTE S.A.U.).

Em 2023, as despesas com aquisição de energia ascenderam a 26.153 ECV, atingindo 26% acima do valor registado em 2022 e representando 57% do total dos custos operacionais. O consumo de energia eléctrica da IDAM foi maior pela deterioração das membranas de osmose inversa e do aumento da salinidade, mas com o aumento de 9% do preço médio da eletricidade, esta rubrica terminou por sofrer um sensível incremento. No seu segundo ano completo de funcionamento, a central solar fotovoltaica poupou a aquisição de 99 MWh à Rede Pública, 11% do total.

Sem o investimento de 17.420 mECV realizado em 2021 no posto de transformação de 250 KVA e na central solar fotovoltaica de 55 kWh, os custos energéticos alcançariam valores superiores em 22% aos valores reais registados em 2023 pelo que não só se observou a poupança nos custos de produção, em termos absolutos, de 5.860 mECV, assim como se preservou o aumento da tarifa de produção de água potável.

Os custos com o pessoal ascenderam a 5.296.719 ECV, 8% a mais que em 2022, nomeadamente pela contratação de um novo operador e dois guardas noturnos. O terceiro maior custo tem a haver com a manutenção e em 2023 o seu valor se elevou a 3.202.230 ECV.

A taxa de extração determinada pela ANAS para a utilização do recurso dos poços de captação, continua no quarto lugar por ordem de magnitude. Em 2023, totalizou 1.477.975 ECV e devido à menor produção de água dessalinizada, este custo diminuiu 13% em comparação ao ano 2022.

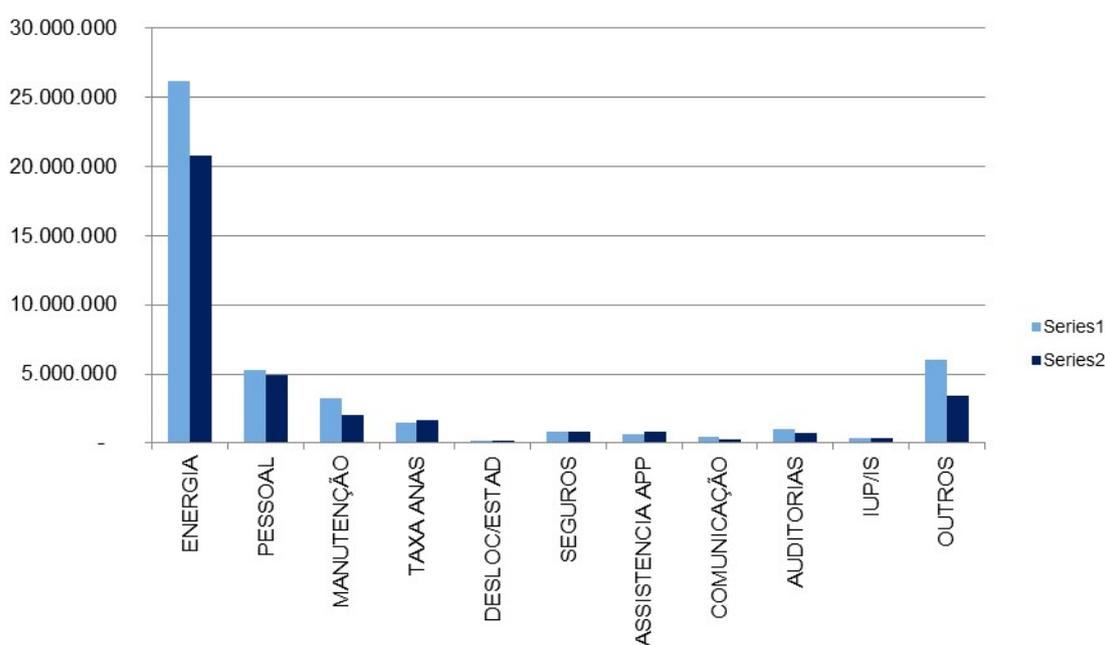


Gráfico 6.3.2. Distribuição dos custos operacionais em 2023 (ECV)

As Depreciações diminuíram em 58% (8.543.913 ECV), pelo fim de período de amortização dos equipamentos eletromecânicos principais, designadamente as unidades dessalinizadoras RO1 e RO2, bombas hidráulicas, sistema elétrico e central elétrica.

Finalmente, os juros bancários suportados diminuíram em 12%, até ao valor de 3.067.955 ECV, pela progressiva amortização dos empréstimos bancários junto do BCN.

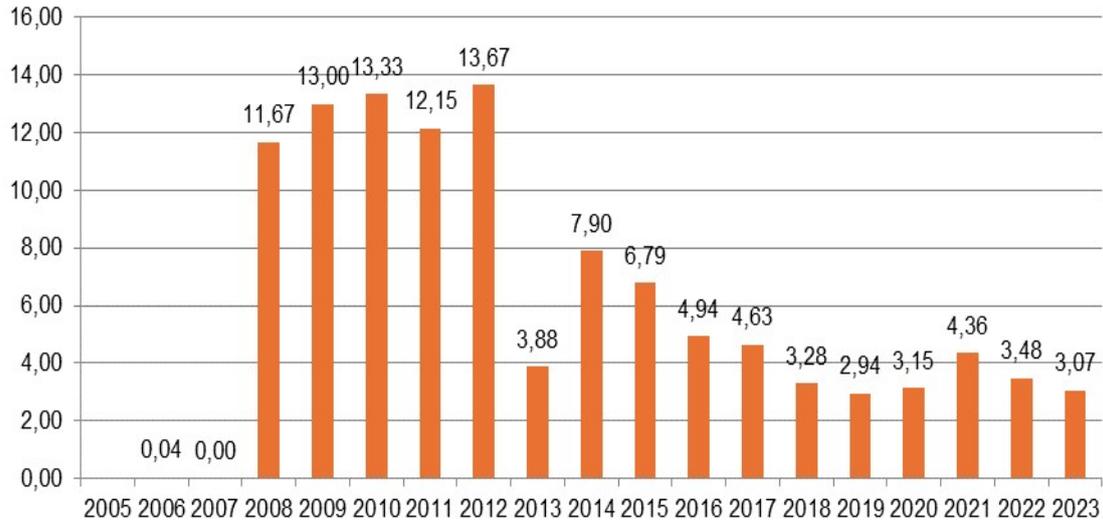


Gráfico 6.3.3. Evolução das despesas financeiras (milhões de escudos)

Perante este cenário, o desempenho econômico-financeiro da empresa traduziu-se num resultado líquido negativo no montante de 1.511.434 ECV.

CONTA DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022	var
RECEITAS	53.235.301	55.530.134	-4%
CUSTOS FIXOS+VARIÁVEIS	45.454.786	36.264.606	+25%
Resultado Bruto (EBITDA)	7.780.515	19.265.528	-60%
Amortizações	6.223.994	14.767.907	-58%
Resultado A.D.F. (EBIT)	1.556.521	4.497.621	-65%
Despesas financeiras	3.067.955	3.476.997	-12%
Resultado Antes de Imposto	-1.511.434	1.020.624	--
Imposto sobre o rendimento	--	186.214	--
Resultado Líquido	-1.511.434	834.410	--

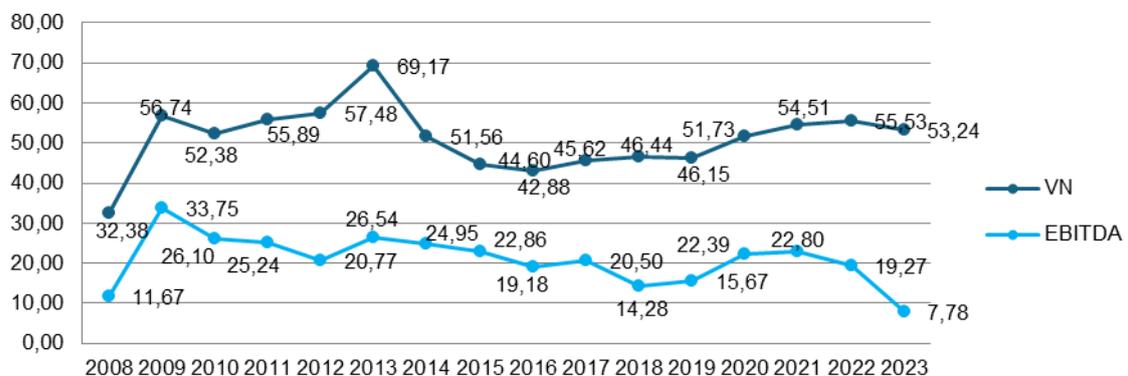
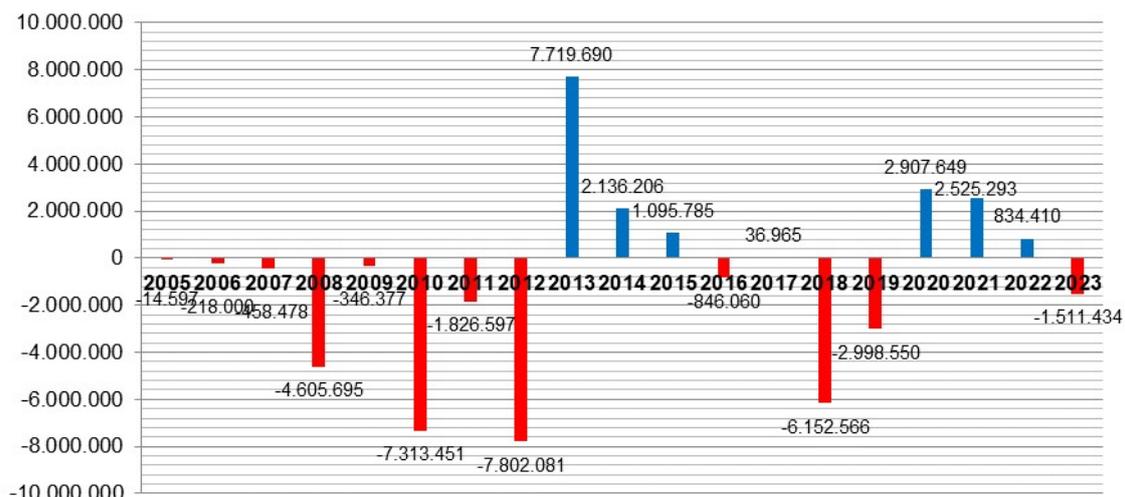


Gráfico 6.3.4. Evolução anual do volume de negócio e do EBITDA (milhões de CVE)

A redução das amortizações e das despesas financeiras, não lograram contrabalançar o elevado incremento dos custos energéticos e de manutenção, provocando uma significativa diminuição do EBITDA e impedindo manter os resultados positivos no exercício 2023.



Gráfica 6.3.5. Evolução do resultado anual (CVE)

6.4 Proposta de aplicação de resultados

Conforme exposto no anterior ponto, o resultado líquido do exercício foi negativo em **CVE 1.511.434\$00 (Um milhão quinhentos e onze mil quatrocentos trinta e quatro escudos)**, o qual se propõe que seja transferido para a rubrica Resultados Transitados.

O valor da rubrica “Resultados Transitados” é de -16.169.612 ECV em 2023.

6.5 Créditos subscritos

Em 2023 não foi possível amortizar qualquer prestação no capital pendente do empréstimo contraído junto da *Direção Geral do Tesouro* (DGT). No fim do exercício, encontram-se pendentes 96.472.720 ECV deste financiamento, cujo valor contratado inicialmente ascendeu a 167.368.426 ECV, dos quais já foram amortizados 70.895.707 ECV. Com referência a 31 de dezembro, trinta e seis (36) prestações mensais deste empréstimo encontram-se vencidas por falta de tesouraria.

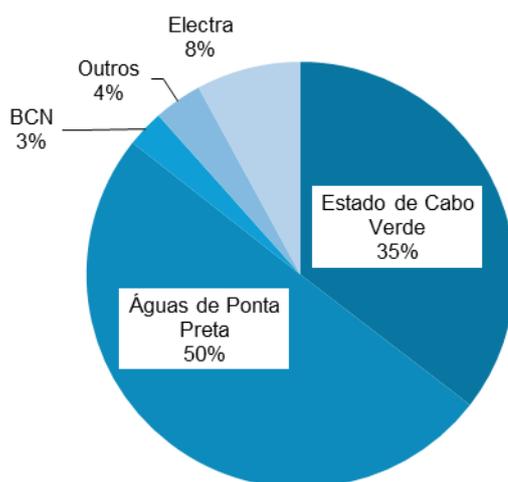
O período de amortização era de trinta e seis (36) meses e a taxa de juros aplicada fixou-se em 1,5%.

Adicionalmente, e devido ao persistente défice de tesouraria, para manter a IDAM em atividade, o acionista APP continuou a injetar suprimentos no valor de 18.553.087 ECV em 2023. Relativamente ao financiamento na modalidade “Crédito Rendas-Empresa Investimento” contratado em maio 2021, junto do BCN no valor de 13.000.000 ECV com 60 meses de período de reembolso e uma taxa de juros de 7,5%, no final de 2023 o saldo deste empréstimo ascendia a 6.889.645 ECV. Este financiamento tem como garantia uma livrança em branco subscrito à ordem do BCN e avalizada pelo acionista APP, Lda.

No fecho do exercício o valor acumulado dos suprimentos da APP eleva-se a 113.739.456 ECV. A parte destes suprimentos (51.045.127 ECV) é aplicada uma taxa de 1,5%, equivalente à taxa aplicada pela *Direção Geral do Tesouro* (DGT) no referido empréstimo de investimento.

Em fevereiro 2020, tinha sido contraído no BCN mais um financiamento sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de Média Tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, calculados com base numa taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%. No final de 2023 o saldo deste empréstimo ascendia a 383.278 ECV.

Com recurso à indemnização da seguradora referente ao sinistro ocorrido com viatura em novembro 2021, procedeu-se a liquidação antecipada do empréstimo na modalidade “Crédito Rendas-Automóvel”, que tinha sido contratado em marco 2021. Em 18 de julho 2022, a empresa voltou a contratar, junto do BCN, financiamento sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, com finalidade exclusiva de substituir da viatura acidentada. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.253.252 ECV, com uma maturidade de 3 anos, correspondente a 36 rendas mensais, no valor de 70.609 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%. No fim de 2023, este empréstimo apresentava um capital vivo de 769.687 ECV.



Gráfica 6.5.1. Estrutura do Passivo da APN 2023

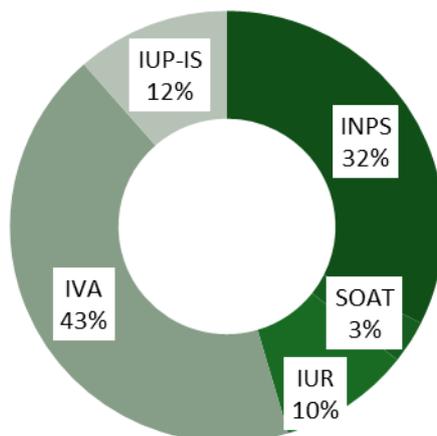
6.6 Contributo fiscal

O contributo fiscal da atividade desenvolvida pela APN no exercício 2023 ascendeu a 2.719.474 ECV, valor que corresponde a uma queda de 6% em relação ao exercício anterior, designadamente pela diminuição da taxa de incidência do IVA na água e na eletricidade em vigor desde início do exercício.

Contributo Fiscal	2023	2022
Previdência Social e Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho	977.084	1.008.319
SOAT	97.336	38.753
Imposto Único sobre o Rendimento	296.244	214.455
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.299.738	1.579.618
Imposto Único sobre o Património-Imposto de Selo	345.316	370.784
TOTAL	3.015.718	3.211.929

Tabela 6.6. Relação de impostos pagos

A Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME), manteve a taxa do I.V.A. nos 8% nas tarifas de eletricidade e água, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2022.



Gráfica 6.6.1. Distribuição de impostos pagos pela APN em 2023

6.7 Seguros contratados

Em virtude do estabelecido no artigo vigésimo do contrato de concessão (BO III Série, nº 7, de 15 de fevereiro de 2008) a Sociedade tem contratado, pelo valor de 783.961 ECV, os seguros detalhados na tabela a seguir.

Tipo	Prêmio anual (ECV)	Companhia
Multirisco IDAM	198.866	GARANTIA
Multirisco Posto Transfor/Central Solar Fotovoltaica	40.275	IMPAR
Responsabilidade Civil	362.288	GARANTIA
Viaturas	182.532	IMPAR

Tabela 6.7. Relação de seguros contratados

6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

No dia 4 de abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou a aplicação de uma senha de presença de 5.000 ECV (cinco mil escudos) aos administradores participantes em cada reunião.

7. Recursos Humanos

A estrutura operacional da IDAM é formada por **10** pessoas com a distribuição que se pode observar na **tabela 7.1**. Em relação aos anteriores exercícios, foi contratado mais três funcionários. Um deles é um operador de máquinas com valências na eletricidade e os outros dois são guardas noturnos. A média de idade situa-se nos **41** anos.

	Nome	Função	Idade	Antiguidade
1	Jailton Cabral dos Santos	Responsável da IDAM	40	2008
2	Anselmo Ramos Fortes	Operador de máquinas	42	2007
3	Sesaltino Fortes Andrade	Operador de máquinas	36	2007
4	Fernando Gomes Rodrigues	Operador de máquinas	40	2007
5	Lígia Maria Gomes Victória	Empregada limpeza	37	2007

6	Elton Jorge dos Reis	Operador de máquinas	35	2018
7	Alexsandro Fortes Rodrigues	Operador de máquinas	30	2022
8	Nelson das Dores Rodrigues	Operador de máquinas/eletricista	49	2023
9	Antão da Cruz Lima	Guarda Noturno	44	2023
10	Roberto da Graça do Rosário	Guarda Noturno	51	2023

Tabela 7.1. Relação dos funcionários da IDAM

género	nº
homens	9
mulheres	1
total	10

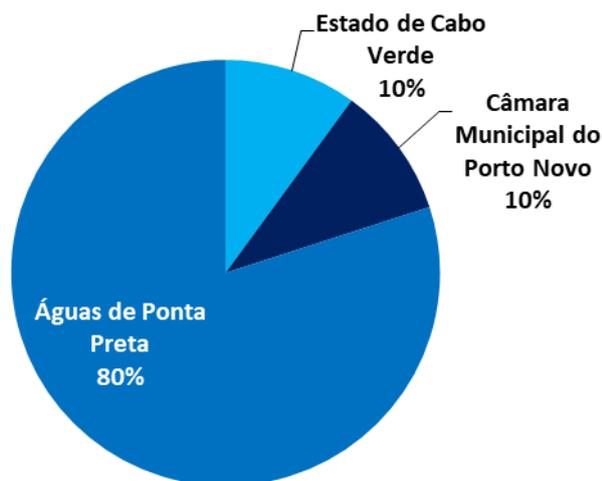
Tabela 7.2. Distribuição dos funcionários por género

Nos dias 11 e 12 de outubro, foi realizada uma ação de formação acerca da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015 aos operadores da IDAM, ao cargo da Directora de CQ da APP, Dra. Marizia Oliveira.

A gestão da sociedade é complementada com a estrutura operacional do acionista Águas de Ponta Preta Lda.

8. Dados da sociedade

8.1. Estrutura acionista



Accionista	Nº acções	Valor nominal (Escudos)
Estado de Cabo Verde	2.200	4.400.000
Câmara Municipal do Porto Novo	2.200	4.400.000
Águas de Ponta Preta Lda	17.600	35.200.000
TOTAL	22.000	44.000.000

Data de Constituição da Sociedade ► 1 de Julho de 2005
 Início Actividade ► 1 de Julho de 2008

8.2 Órgãos sociais

8.2.1 Mesa da Assembleia Geral

Presidente → Estado de Cabo Verde (Hernany Brito dos Santos)
 Secretário → Águas de Ponta Preta Lda. (Flávio de Oliveira Santos)

8.2.2 Conselho de Administração

Presidente	→	<u>Norberto Larriba Blay (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Ángel Teno Santos (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Damià Pujol Alibés (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Helder Lima (Estado de Cabo Verde)</u>
Administrador	→	<u>Irlando Ramos (Câmara M. do Porto Novo)</u>

8.2.3 Conselho Fiscal

Fiscal Único	→	<u>BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria</u>
--------------	---	------------------------------------------------

9. Projectos Complementares

A Sociedade concentra as atividades em responsabilidade social na população das zonas rurais do município do Porto Novo, sempre com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia elétrica.

Em parceria com a APP, a APN continuou a prestar apoio na monitorização e em diversas ações de cariz social nas aldeias de Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo, no âmbito do projeto findo em 2014 e denominado SESAM-ER (Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-redes com Energias Renováveis na Ilha de Santo Antão).

De todas as atuações abrangidas pelo SESAM-ER, que conseguiram proporcionar eletricidade contínua a 1.200 pessoas, o sistema elétrico de Monte Trigo converteu-se no mais emblemático. Graças à central solar fotovoltaica instalada em 2012, Monte Trigo foi a primeira localidade do país a ter o serviço elétrico assegurado na totalidade por energias renováveis.

No mês de fevereiro, a Central Fotovoltaica de Monte Trigo cumpriu 11 anos de funcionamento. Durante este período, a Central produziu 407 MWh, evitando o consumo de 115.756 litros de gasóleo e a emissão de 346 toneladas de gás CO₂ para a atmosfera. Estes resultados representam as mudanças socioeconómicas numa aldeia piscatória híper-isolada, com 275 habitantes, até ao ponto de ter atingido o limite da capacidade técnica do sistema elétrico.

Simultaneamente, o projeto de “Reforço do Acesso à Energia Sustentável para Impulsionar Atividades Geradoras de Rendimento”, implementado em Monte Trigo em 2020, e gerido pela Associação AGRIPESCA, continuou a funcionar em 2023. A Casa de Gelo produziu 54 toneladas de gelo para atividade piscatória, com 13 MWh de energia elétrica 100% renovável, comprovando a sustentabilidade deste projeto, e potencializando igualmente empoderamento das mulheres da aldeia.

Por convite da Câmara Municipal do Porto Novo, a APN integrou num consorcio de parceiros para desenvolver o projeto “Bolona com Energia”, cujo ato de lançamento da primeira pedra teve lugar no dia 19 de maio nesta localidade do Planalto Norte.

Trata-se de um projeto cofinanciado pela Câmara Municipal do Porto Novo, ELECTRA, Fundo GEF/SGP das Nações Unidas e da Associação para a Defesa do Património de Mértola (ADPM) de Portugal através da Cooperação Portuguesa e, da Cooperativa Agrícola e Pecuária do Planalto Norte.

Além da construção de uma rede elétrica, Bolona vai ter também uma central solar fotovoltaica, com uma potência instalada de 15 kWp e baterias para uma capacidade de armazenagem de 145 kWh, que fornecerá energia 24 horas às 24 famílias residentes e vai beneficiar ainda a escola e uma unidade de produção do queijo. É mais um projeto que se realiza no âmbito do Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Porto Novo 2030, e que cumpre com mais um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no território, neste em particular, ODS N°7 - Energia Limpa e Sustentável.

Já na cidade do Porto Novo, a sociedade contribuiu desinteressadamente na construção da extensão da rede pública de distribuição de água potável na zona de Alto de São Tomé e presta serviços na gestão deste subsistema, que inclui uma estação de elevação de 64 m³/hora, um reservatório de 200 m³ e 1,5 Km de tubagens para a distribuição domiciliar.

10. Evolução previsível da sociedade

O futuro da sociedade continua condicionado à evolução do projeto ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. (ADSA), que em 2023 foi finalmente concretizado com diversas operações que culminaram na constituição da sociedade no dia 6 de dezembro.

Esta parceria pública privada assumirá a gestão do ciclo integral da água na Ilha de Santo Antão, aproveitando os diversos recursos hídricos da Ilha, entre eles a água dessalinizada da IDAM do Porto Novo e implementando as atividades de recolha, tratamento e reutilização das águas residuais.

Para além da operacionalização da sociedade, a Resolução nº 90/2020, estabelece a participação da APN como parceiro estratégico para fazer a gestão do ciclo integral da água na cidade, sendo que na Assembleia Geral Ordinária 2019 já tinha sido aprovada uma alteração dos estatutos da sociedade, incluindo a distribuição de água potável e o saneamento das águas residuais no seu objeto social, com os votos favoráveis dos acionistas Estado e Câmara Municipal do Porto Novo.

Na qualidade de sócio tecnológico, na Assembleia Geral Constitutiva foi nomeado o conselho de administração da AdSA, que inclui dois dos três administradores do conselho de administração.

Ainda de acordo com a referida Resolução nº90/2020, cabe ao Grupo de Trabalho definir e propor uma estratégia de saneamento da dívida triangular entre a Câmara Municipal do Porto Novo, a Águas de Porto Novo e o Estado/Tesouro, pelo que é expectável uma reestruturação patrimonial da empresa decorrente desta operação.

Dezessete anos após a sua inauguração, a IDAM do Porto Novo mantém a totalidade da capacidade produtiva e ao longo dos anos, e tem evoluído garantindo e assegurando a continuidade do fornecimento do serviço prestado, na procura da excelência na qualidade da água potável, na digitalização dos processos e na integração das energias renováveis para a converter numa infraestrutura hidráulica eficiente, útil para os portonovenses e preparada para absorver as novas tecnologias de futuro.

11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício

No dia 10 de janeiro de 2024, a APN recebeu um pagamento extraordinário dos SAAS-PN, decorrente da implementação da Resolução nº162/2'2' de 14 de dezembro, que estabelece a Medida Adicional Para o Empoderamento Das Famílias Pobres e, relativamente a verbas resultantes da implementação do Regime De Atribuição da Tarifa Social do Abastecimento De Água A Aplicar A Consumidores Vulneráveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº41/2018 de 20 de junho. Uma vez recebido este montante, de 9.404.414\$00, a sociedade destinou-o integralmente à liquidação de faturas do serviço de eletricidade à concessionária ELECTRA, cuja dívida diminuiu assim em aproximadamente 40%.

Em nota enviada no dia 18 de março, a *Direção Nacional de Receitas do Estado*, do *Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial*, comunicou à sociedade que passava a integrar à lista dos grandes contribuintes pertencentes à área fiscal da Repartição dos Grandes Contribuintes, REGC.

No dia 27 de março, a APN fez o pagamento de 5 milhões de escudos para a realização do 25% do capital social da ÁGUAS DE SANTAO ANTÃO S.A., de acordo com o estabelecido no contrato de sociedade.

Porto Novo, 28 de Março de 2024

O Conselho de Administração

ANEXO 1. DOSSIER FOTOGRAFICO



Nova estação de elevação de água potável do Alto de São Tomé (2x10 m³/h)



Novo tanque de água potável do Alto de São Tomé (200 m³)



Unidade Dessalinizadora de água do mar RO2



Assembleia Geral Ordinária 2023



Obras de urbanização da entrada à IDAM



Visita da LuxDev e AT da AdSA



Inundações de setembro na zona dos poços de captação de água do mar



Reparação do emissor de salmoura



Formação em manutenção de sistemas fotovoltaicos



Formação em ISO9001:2015



Carga de água potável em camião autotanque



Ação de verificação de contadores de água



Visita de alunos do Liceu de Porto Novo



Visita do Director Executivo da ECREEE



Posto de Recarga de Viaturas Elétricas



Vista aérea Sul da IDAM do Porto Novo



Cerimonia de assinatura do Acordo Parassocial da AdSA



Assembleia Constitutiva da AdSA

ANEXO 2. BALANÇO ANALÍTICO

RUBRICAS	Data de Referência		
		31/12/2023	31/12/2022
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2		
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte			
Equipamento administrativo			
Outros activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Trespasse (goodwill)			
Projectos de Desenvolvimento			
Programas de computador			
Propriedade industrial			
Outros activos intangíveis	3.3	53.109.574	59.333.568
Investimentos em curso			
Activos fixos tangíveis em curso		0	0
Activos por impostos diferidos			
Activos não correntes detidos para venda			
Total do activo não corrente		53.109.574	59.333.568
Activo Corrente			
Inventarios	4		
Produtos acabados e intermedios		438.674	292.718
Materias-primas, subsidiarias e de consumo		1.987.885	1.668.550
Outros productos de consumo			
Clientes	5	272.442.561	246.871.094
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	7	1.856.610	1.799.817
Outras contas a receber	8	28.000	0
Diferimentos	9	0	0
Caixa e depósitos bancarios	10	1.245.098	1.247.369
Total Activo corrente		277.998.828	251.879.548
Total activo		331.108.402	311.213.116
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	44.000.000	44.000.000
Reservas legais	12	862.799	821.079
Outras variações no capital proprio		-1.806.655	-1.806.655
Resultados transitados	13	-16.196.612	-16.989.302
Resultado liquido do periodo		-1.511.434	834.410
Total do capital próprio (antes de interesses minoritarios)		25.348.098	26.859.532
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		25.348.098	26.859.532
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	152.254.998	156.108.743
Outras conta a pagar	15	62.694.329	44.141.242
Total do passivo não corrente		214.949.327	200.249.985
Passivo Corrente			
Fornecedores	16	63.478.112	57.567.378
Estado e outros entes publicos	7	857.199	1.353.399
Financiamentos obtidos	14	3.853.745	5.418.862
Outras contas a pagar	15	444.396	34.396
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	9	22.177.525	19.729.564
Total do passivo corrente		90.810.977	84.103.599
Total do passivo		305.760.304	284.353.584
Total do capital proprio e do passivo		331.108.402	311.213.116

ANEXO 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 de JANEIRO de 2023 e 31 de DEZEMBRO de 2023

U=ECV

RUBRICAS	PERÍODO		
	2023		2022
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviço	17	51.269.878	52.372.566
Subsidios à exploração			
Ganhos/Perdas Imputados de subsidios, associadas e empreendimentos conjuntos			
Varição nos inventários de produção	18	145.956	-16.451
Trabalhos para própria entidade			
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-27.631.426	-22.520.571
Resultados operacional bruto		23.784.408	29.835.544
Fornecimento e serviços externos	20	-11.936.813	-5.905.792
Valor acrescentado bruto		11.847.595	23.929.752
Gastos com o pessoal	21	-5.296.719	-4.904.573
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0	0
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		1.965.423	3.157.568
Outros gastos e perdas	22	-735.784	-2.917.219
Resultados antes de depreciações, amortizações,perdas/ganhos de financiamento e impostos		7.780.515	19.265.528
Gastos /Reversões de depreciação e de amortização	3.2	-6.223.994	-14.767.907
Perdas/reversões por imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		1.556.521	4.497.621
Juros e ganhos similares obtidos			
Juros e perdas similares suportados	23	-3.067.955	-3.476.997
Resultado antes de imposto		-1.511.434	1.020.624
Imposto sobre o rendimento do periodo	24		-186.214
Resultado liquido do periodo		-1.511.434	834.410

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 de JANEIRO de 2023 e 31 de DEZEMBRO de 2023

U=ECV

RUBRICAS	PERÍODO		
	2023		2022
	Notas	Valores	Valores
Rédito das vendas e das prestações de serviços	17	51.269.878	52.372.566
Gasto com as vendas e com as prestações de serviços	18 e 19	-27.485.470	-22.537.022
Resultado bruto		23.784.408	29.835.544
Outros rendimentos		1.965.423	3.157.568
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-2.779.898	-1.204.073
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-21.413.412	-27.291.418
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		1.556.521	4.497.621
Perdas e ganho de financiamento (liquidos)	23	-3.067.955	-3.476.997
Resultados antes de impostos		-1.511.434	1.020.624
Imposto sobre o rendimento do periodo	24	0	-186.214
Resultado liquido do periodo		-1.511.434	834.410

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.NIF **251873846**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2023 e 31 de DEZEMBRO de 2023

U=ECV

	PERÍODO		
	2023		2022
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimento de clientes		32.300.000	27.800.000
Pagamento a fornecedores		-40.253.242	-26.353.086
Pagamentos ao pessoal		-3.764.411	-3.514.453
	Caixa gerada pelas operações	-11.717.653	-2.067.539
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento		-67.025	-263.286
Outros recebimentos/pagamentos		16.336.905	8.775.249
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	4.552.227	6.444.424
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0	-3.145.000
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.745.954	2.938.100
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidios ao Investimentos		0	0
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	1.745.954	-206.900
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	2.253.252
Realização de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5.418.862	-6.871.649
Juros e gastos similares		-881.590	-1.253.597
Dividendos			
Reduções de capital e de outros outros instrumentos de capital proprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-6.300.452	-5.871.994
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-2.271	365.530
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo			
		1.247.369	881.839
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo			
		1.245.098	1.247.369

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251872846

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2022 e 31 de DEZEMBRO de 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital											Total	Interesses Minoritários	U=ECV Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transferidos	Resultado Líquido do Período			
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	44.000.000	0	0	694.814	0	0	0	0	-1.806.655	-19.388.330	834.410	23.499.829	0	23.499.829
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO															
Resultado líquido do período												834.410			834.410
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0										834.410			834.410
RESULTADOS EXTENSIVO	2														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações com detentores de capital		0													0
OUTRAS OPERAÇÕES															
Distribuição Resultados 2020					176.265										2.525.293
Distribuição Resultados ...					0										0
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO N	1+2+3+4	44.000.000	0	0	821.079	0	0	0	0	-1.806.655	-16.389.302	834.410	26.859.532	0	26.859.532

O Técnico Contas

A Gerência

A Administração

ANEXO 3. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

Referente a 2023, período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023

1. Nota Introdutória

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., encontra-se inscrita na Direção Geral das Contribuições e Impostos sob o NIF 251873846. Tem a sua sede em Lombinha de Água Doce, Porto Novo, Ilha de Santo Antão. A sua atividade é de produção, distribuição e comercialização de água potável.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato Financeiro (NRF) integrados no Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) adotados em Cabo Verde.

As NRF correspondem, genericamente, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), transpostos para o Ordenamento Nacional pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 5 de fevereiro.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior. Procedeu-se à reclassificação dos ativos tangíveis, conforme descrito nas notas 3.2. e 3.3.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos/princípios contabilísticos definidos no SNCRF e demais legislação cabo-verdiana. Foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos e em conformidade com os pressupostos contabilísticos da continuidade, regime do acréscimo, da consistência, da materialidade e agregação, da prudência e da substância sobre a forma já referenciados no ponto anterior.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., são apresentadas em CVE (Escudos Cabo-verdianos). O CVE é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. À data de balanço, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício.

3.1.1. Fluxos de Caixa

O saldo da caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que se encontram totalmente disponíveis para uso e totalizam o valor de 1.245.098 ECV.

Estes ativos são mensurados ao justo valor com alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

3.2. Ativos intangíveis

(a) Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incursas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

(b) As depreciações são calculadas numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada do bem, com base nas taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de janeiro de 1984, para os bens adquiridos até 2014 e com base nas taxas da tabela anexa a Portaria n.º 42/15, de 24 de Agosto de 2015, para os bens adquiridos a partir de 2015 e são registadas como gastos do exercício.

(c) A vida útil dos ativos é o período durante o qual a entidade espera que os ativos estejam disponíveis para uso, esse período foi calculado com base nas taxas de depreciação utilizadas;

3.2.1. Prevendo o estabelecido no contrato de concessão de obra pública de sistema de dessalinização de água do mar destinado ao abastecimento da cidade de Porto Novo, em regime de Build, Operate & Transfer, assinado a 01 de julho de 2008 pelo prazo de 30 anos, o qual prevê a transferência dos ativos afetos a concessão ao concedente no final do contrato, pelo que os ativos fixos tangíveis afetos à concessão são apresentados como ativos intangíveis.

Os movimentos ocorridos no exercício de 2023 nestes ativos resumem-se como segue:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Bens afetos á concessão:						
Terrenos e recurso naturais	4 400 000					4 400 000
Edifícios e outras construções	85 653 347					85 653 347
Equipamento básico	191 260 952					191 260 952
Equipamento transporte	3 145 000					3 145 000
Equipamento administrativo	1 350 155					1 350 155
Outros ativos fixos tangíveis	2 087 148					2 087 148
Total	287 896 602	0	0	0	0	287 896 602

3.2.2. Os movimentos ocorridos no exercício de 2023 no valor de gasto com amortizações dos ativos intangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Bens afetos á concessão:						
Edifícios e outras construções	52 540 796			3 253 566		55 794 362
Equipamento básico	173 133 698			2 141 180		175 274 878
Equipamento transporte	187 125			449 106		636 231
Equipamento administrativo	1 162 125			62 610		1 224 735
Outros ativos fixos tangíveis	1 539 290			317 532		1 856 822
Total	228 563 034	0	0	6 223 994	0	234 787 028

A generalidade destes bens encontrar-se-ão integralmente amortizados antes do final do período da concessão, previsto para 2038.

3.3. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a entrada em vigor do Código de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovada na publicação da Lei nº82/VIII/2015, a taxa de imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei, entretanto alterada para 22%. O apuramento do lucro coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, é definido com base no somatório do Resultado Líquido do período e das variações positivas e negativas ocorridas no mesmo período e que não foram refletidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidas nos termos do CIRPC. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo 59º do CIRPC, a partir 2015, os prejuízos apurados em determinado período da tributação são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os de um a mais de sete períodos de tributação. Contudo, anualmente, a dedução não pode exceder o montante correspondente a 50% do respetivo lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NRF 22 – Impostos sobre rendimentos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado. No cálculo do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor a data do balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para o futuro.

3.4. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, situação esta em que são classificados como passivos não correntes.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os respetivos são prestados.

O rédito da APN consubstancia-se na venda de água potável, a qual é produzida única e exclusivamente para o cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme contrato assinado a 01 de julho de 2008.

4. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.987.885	1.668.550
Produtos acabados	438.674	292.718
	2.426.559	1.961.268
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u><u>2.426.559</u></u>	<u><u>1.961.268</u></u>

A rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” corresponde ao stock de Gasóleo necessário à produção de energia, bem como a materiais e acessórios de manutenção e conservação da maquinaria.

A rubrica “*Produtos acabados*” agrega a água potável remanescente nos depósitos a 31/12/2023.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”.

5. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>		<u>31-Dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes				
SAAS CMPN		272.434.230		246.862.763
Outros Clientes	-	169.638	-	169.638
	0	272.603.868	0	247.032.401
Perdas p/ imparidades acumuladas – outros		-161.307	-	-161.307
	<u><u>0</u></u>	<u><u>272.442.561</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>246.871.094</u></u>

	<u>31-Dez-23</u>		<u>31-Dez-22</u>	
	Cientes Gerais	Grupo/Relacionado	Cientes Gerais	Grupo/Relacionado
Cientes				
Cientes conta corrente	<u>272.595.537</u>	<u>8.331</u>	<u>247.024.070</u>	<u>8.331</u>
	272.595.537	8.331	247.024.070	8.331

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

<u>Perdas por Imparidade</u>	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Saldo a 1 de janeiro	161.307	161.307
Aumento	0	0
Reversão	0	0
Regularização	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>161.307</u>	<u>161.307</u>

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

<u>Estado e outros entes públicas</u>	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Ativo		
Retenção na Fonte (IUR) e pag.p/conta	119.189	119.189
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.737.421	1.680.628
Outros impostos e taxas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.856.610</u>	<u>1.799.817</u>
Passivo		
Imposto s/rendimento pessoas coletivas (IRPC)	119.189	186.214
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	531.318
IRPS Retido	58.684	23.811
INPS	116.418	82.205
Outros impostos e taxas	<u>562.908</u>	<u>520.851</u>
	<u>857.199</u>	<u>1.353.399</u>

7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	28.000	-	0
Outros	-	0	-	0
	-	0	-	0
Perdas por imparidades acumuladas	-	0	-	0
	-	28.000	-	0

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos”, do ativo e do passivo, eram os seguintes:

Diferimentos

	31-Dez-23	31-Dez-22
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar - Fornecedores C/C Serviços	-	-
Seguros pagos antecipadamente	0	0
Cauções aluguer e outros	-	-
Comissões e outros custos financeiros pagos antecipadamente	-	-
	<u>0</u>	<u>0</u>
Diferimentos (Passivo)		
Juros Financiamento BCN	54.241	88.406
Valores a faturar	1.185.128	706.935
Juros Financiamento DGT	11.979.438	10.532.346
Juros Empréstimo Suprimentos da APP	6.873.757	6.097.449
Subsídio para Investimento _UNIDO	2.084.961	2.304.428
	<u>22.177.525</u>	<u>19.729.564</u>

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Caixa	160.748	300.405
Depósito á ordem	1.084.350	946.964
	<u>1.245.098</u>	<u>1.247.369</u>

10. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 22.000 ações com o valor nominal de 2.000\$00 cada.

Identificação de pessoas coletivas detentoras do capital

	<u>% Capital</u>	<u>Valor (ECV)</u>
Águas de Ponta Preta, Lda	80	35.200.000
Câmara Municipal de Porto Novo	10	4.400.000
Estado de Cabo Verde	10	4.400.000
	<u>100</u>	<u>44.000.000</u>

11. Rubricas do Capital Próprio: Reservas e outras

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do lucro líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2023, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foi decidido que o resultado líquido positivo no valor 834.410 ECV seria distribuído da seguinte forma:

- 41.720 destinado a Reservas Legais;
- O remanescente, 792.690 ECV, a Resultados Transitados.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-23</u>		<u>31-Dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Contrato Suprimentos APP a APN (i)	51.045.127	-	51.045.127	-
Financiamento DGT (ii)	96.472.720	-	96.472.720	-
Créditos Rendas BCN – 8.000.000 (iii)	0	383.278	383.278	2.201.950
Créditos Rendas BCN – 13.000.000 (iv)	4.188.865	2.700.780	6.889.645	2.506.215
Créditos Rendas BCN – 2.352.252 (v)	548.286	769.687	1.317.973	710.697
	<u>152.254.998</u>	<u>3.853.745</u>	<u>156.108.743</u>	<u>5.418.862</u>

(i) Financiamento, sob a forma de contrato de Suprimentos, assinado em março 2015, no valor de 51.545.127 ECV decorrente de empréstimos de APP a APN, que foram utilizados na compra de materiais e equipamentos para operacionalização dos serviços, que inclui igualmente os juros que incidiam sobre o empréstimo até àquela data. O plano da dívida tem maturidade de 4 anos, incorporando prestações mensais a uma taxa de juro anual de 1,5%, com data de vencimento a 5 de maio 2018. Contudo, desde 2015, dada a precariedade contínua da tesouraria, não foi possível liquidar nenhuma prestação.

(ii) Em 2013, a APN era devedora ao Estado, através da DGT, na sequência de empréstimos e do aval prestado na operação de crédito contraída junto à entidade financeira “La Caixa” em novembro 2007, a qual foi executada em 30/04/2012 pela Compañia Española de Crédito a la Exportacion (CESCE), enquanto organismo governamental representante dos seguros de Crédito à exportação no país de origem da entidade financeira “La Caixa”.

Em 2014 formalizaram-se as condições, relativos a taxa de juros e o período de amortização do capital financiado, agregando todas as dívidas de APN, inerentes a operação de crédito acima referida, num único Acordo de Empréstimo formalizado entre o Governo de Cabo Verde e a APN, ascendendo o valor total contratado a 167.368.427 ECV, vencendo juros a uma taxa anual de 1,5%, com um plano de dívida de 5 anos, equivalente a 67 prestações mensais. Todavia, no final do Exercício Económico de 2014, a Empresa apresentava um saldo de IVA a recuperar no montante de 16.754.909 ECV, para o qual foi solicitada a compensação/pagamentos das dívidas recíprocas existentes entre a APN e o Ministério das Finanças e do Planeamento. Em agosto de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento para os devidos efeitos, conforme indicado no quadro abaixo:

Reembolso IVA: 16.754.909 CVE
 Compensação IVA
 /DGT: 15.079.418 CVE →(90% IVA)

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-09-2014	2.656.642 CVE	199.248 CVE	2.855.890 CVE	2.855.890 CVE	0 CVE
20-10-2014	2.656.642 CVE	195.927 CVE	2.852.569 CVE	2.852.569 CVE	0 CVE
20-11-2014	2.656.642 CVE	192.607 CVE	2.849.249 CVE	2.849.249 CVE	0 CVE
20-12-2014	2.656.642 CVE	189.286 CVE	2.845.928 CVE	2.845.928 CVE	0 CVE
20-01-2015	2.656.642 CVE	185.965 CVE	2.842.607 CVE	2.842.607 CVE	0 CVE
20-02-2015	650.531 CVE	182.644 CVE	2.839.286 CVE	833.175 CVE	2.006.111 CVE
Total	13.933.741 CVE	1.145.677 CVE	17.085.529 CVE	15.079.418 CVE	-

Deste modo, a 30 de dezembro 2015, procedeu-se à assinatura da adenda do Contrato do Empréstimo, nos termos do Memorando de Entendimento de Compensação assinado em agosto 2015, amortizando prestações correspondentes a 15.079.418 ECV, passando o valor, após a entrada do em vigor do referido acordo, a ser atualizado para o montante de 145.464.760 ECV.

Em 2016, na sequência de uma reunião, realizado por um comité constituído pelos representantes do Governo, nomeadamente pela MTIDE e MFP, pela ARE e ANAS, pela CMPN e pela APN, referente à Sustentabilidade do Abastecimento de água potável da cidade de Porto Novo, em Santo Antão foi proposto um encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), com intuito de reduzir o financiamento DGT a APN e a dívida da SAAS –

CMPN a APN. Neste contexto e no aguardo do desfecho do processo acima referido não se procedeu a amortização de nenhuma prestação ao longo do ano 2016.

A 29 de dezembro de 2017, finalmente, conclui-se o processo de Encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), procedendo a redução da dívida da SAAS – CMPN a APN no valor de 51.878.972 e á amortização, no mesmo montante, do capital em dívida referente ao financiamento DGT a APN, liquidando as prestações vencidas de acordo com o quadro abaixo discriminado:

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-03-2015	2.656.642 CVE	181.831 CVE	2.838.473 CVE	2.838.473 CVE	0 CVE
20-04-2015	2.656.642 CVE	178.510 CVE	2.835.152 CVE	2.835.152 CVE	0 CVE
20-05-2015	2.656.642 CVE	175.189 CVE	2.831.831 CVE	2.831.831 CVE	0 CVE
20-06-2015	2.656.642 CVE	171.869 CVE	2.828.511 CVE	2.828.511 CVE	0 CVE
20-07-2015	2.656.642 CVE	168.548 CVE	2.825.190 CVE	2.825.190 CVE	0 CVE
20-08-2015	2.656.642 CVE	165.227 CVE	2.821.869 CVE	2.821.869 CVE	0 CVE
20-09-2015	2.656.642 CVE	161.906 CVE	2.818.548 CVE	2.818.548 CVE	0 CVE
20-10-2015	2.656.642 CVE	158.585 CVE	2.815.227 CVE	2.815.227 CVE	0 CVE
20-11-2015	2.656.642 CVE	155.265 CVE	2.811.907 CVE	2.811.907 CVE	0 CVE
20-12-2015	2.656.642 CVE	151.944 CVE	2.808.586 CVE	2.808.586 CVE	0 CVE
20-01-2016	2.656.642 CVE	148.623 CVE	2.805.265 CVE	2.805.265 CVE	0 CVE
20-02-2016	2.656.642 CVE	145.302 CVE	2.801.944 CVE	2.801.944 CVE	0 CVE
20-03-2016	2.656.642 CVE	141.981 CVE	2.798.623 CVE	2.798.623 CVE	0 CVE
20-04-2016	2.656.642 CVE	138.661 CVE	2.795.303 CVE	2.795.303 CVE	0 CVE
20-05-2016	2.656.642 CVE	135.340 CVE	2.791.982 CVE	2.791.982 CVE	0 CVE
20-06-2016	2.656.642 CVE	132.019 CVE	2.788.661 CVE	2.788.661 CVE	0 CVE
20-07-2016	2.656.642 CVE	128.698 CVE	2.785.340 CVE	2.785.340 CVE	0 CVE
20-08-2016	2.656.642 CVE	125.377 CVE	2.782.019 CVE	2.782.019 CVE	0 CVE
20-09-2016	1.172.485 CVE	122.057 CVE	2.778.699 CVE	1.294.542 CVE	1.484.157 CVE
Total	48.992.041 CVE	2.886.931 CVE	53.363.129 CVE	51.878.972 CVE	1.484.157 CVE

(iii) Financiamento contraído em 06 de fevereiro 2020, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de média tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(iv) Financiamento contraído em 06 de maio 2021, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi o apoio á tesouraria, para efeitos de liquidação de dívidas perante terceiros. O montante do empréstimo contratado ascendeu 13.000.000 ECV, com uma maturidade de 5 anos, correspondente a 60 rendas mensais, no valor de 260.493 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(v) Financiamento contraído em 18 de julho 2022, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição de uma viatura. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.253.252 ECV, com uma maturidade de 3 anos, correspondente a 36 rendas mensais, no valor de 70.609 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%.

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	Saldo 31/12/2023	2024	2025	2026	2027 e seguintes
Crédito Rendas BCN 8.000.000	383 278	383 278	0	0	0
Crédito Rendas BCN 13.000.000	6 889 645	2 700 780	2 910 449	1 278 416	0
Crédito Rendas - Auto BCN 2.253.252	1 317 973	769 687	548 286	0	0
Contrato suprimentos APP a APN	51 045 127	17 751 264	17 751 264	15 542 599	0
Financiamento DGT	96 472 720	74 385 978	22 086 742	0	0
	156 108 743	95 990 987	43 296 741	16 821 015	0

14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
APP – Águas de Ponta Preta, Lda.	62.694.329	-	44.141.242	-
Cassa Aigues	-	0	-	0
Outras contas a pagar	-	444.396	-	34.396
	62.694.329	444.396	44.141.242	34.396

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Fornecedores Conta Corrente:		
Electra S.A.	24 153 956	21 840 220
ANAS	4 508 815	3 824 265
Águas de Ponta Preta	32 782 056	28 706 730
Cassa Aigues I Depuracio	636 631	636 631
Outros fornecedores (<.500.000)	1 396 654	2 559 532
Total	63 478 112	57 567 378

	31-Dez-22		31-Dez-22	
	Gerais	Grupo/Relacionado	Gerais	Grupo/Relacionado
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	30.696.056	(i) 32.782.056	28.860.648	(i) 28.706.730
	30.696.056	32.780.056	28.860.648	28.706.730

- (i) A variação na conta corrente de fornecedores, relativos a rubrica Grupo/Relacionados, deveu-se ao fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de reparação imprescindíveis para a manutenção e continuidade da operacionalização da IDAM.

16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios de 2023 e de 2022 foram como segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	51.269.878	-	51.269.878	52.372.566	-	52.372.566
Prestação de serviço	0	-	0	0	-	0
	51.269.878	0	51.269.878	52.372.566	0	52.372.566

A água potável produzida, destina-se, única e exclusivamente, ao cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme estabelecido no contrato de concessão de obra pública do sistema de dessalinização de água destinado á cidade de Porto Novo, em Santo Antão, pelo prazo de 30 anos, assinado a 01 de julho de 2008, publicado na série III do Boletim Oficial n.º7, de 15 de fevereiro de 2008.

17. Variação nos inventários da produção

A demonstração da variação da produção, decorrente do armazenamento da água potável, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total
Saldo a 1 de janeiro	-	292.718	292.718	-	309.169	309.169
Regularizações	-	-	0	-	-	0
Varição na produção	-	145.956	145.956	-	-16.451	-16.451
Saldo a 31 de dezembro	0	438.674	438.674	0	292.718	292.718

18. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é detalhado como segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Mat.primas, Subsid. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total	Mat.primas, Subsid. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total
Saldo a 1 de janeiro	1.668.550	-	1.668.550	1.819.928	-	1.631.198
Regularizações	0	-	0	0	-	0
Compras	1.797.310	26.153.451	27.950.761	1.551.650	20.817.543	22.369.193
Saldo a 31 de dezembro	<u>1.987.885</u>	<u>-</u>	<u>1.987.885</u>	<u>1.668.550</u>	<u>-</u>	<u>1.819.928</u>
Custo das Vendas	<u>1.477.975</u>	<u>26.153.451</u>	<u>27.631.426</u>	<u>1.703.028</u>	<u>20.817.543</u>	<u>22.520.571</u>

Esta conta engloba o custo das matérias consumidas na produção da água potável, nomeadamente gasóleo e lubrificantes, a subcontratação do fornecimento de energia elétrica á Electra, S.A. e as mercadorias utilizadas na manutenção diária da atividade produtiva.

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

FSE		31/dez/23		31/dez/22	Peso %	Var % 23/22
Combustíveis e outros fluidos		242 256		114 447	2,03%	87,73%
Conservação e reparação	(i)	3 517 563	(i)	1 635 157	29,47%	184,31%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		16 851		15 242	0,14%	616,48%
Material de escritório		15 352		20 839	0,13%	-31,40%
Publicidade e propaganda		430 800		66 160	3,61%	188,92%
Livro e documentação técnica		0		0	0,00%	-
Limpeza, higiene e conforto		148 729		179 039	1,25%	-17,04%
Despesa de Representação		10 000		0	0,08%	-
Rendas e alugueres		0		68 765	0,00%	-
Conservação e reparação	(ii)	2 790 682	(ii)	430 847	23,38%	930,12%
Comunicação		451 107		290 308	3,78%	46,13%
Seguros		783 963		853 937	6,57%	-9,95%
Vigilância e segurança		0		199 999	0,00%	-
Serviços informática		2 800		8 334	0,02%	-
Transporte de inventário		190 910		308 933	1,60%	-40,33%
Deslocações e estadas		133 174		215 487	1,12%	-26,48%
Contencioso e notariado		5 356		24 725	0,04%	-36,41%
Serviços bancários		37 035		34 289	0,31%	3,24%
Trabalho Especializado	(iii)	1 749 262	(iii)	668 566	14,65%	39,89%
Artigos para oferta		0		0	0,00%	-
Outros fornecimentos e serviços	(iv)	<u>1 410 973</u>	(iv)	<u>770 718</u>	<u>11,82%</u>	<u>94,16%</u>
		<u>11 936 813</u>		<u>5 905 792</u>	100%	-15,53%

(i) Materiais de Conservação e (ii) Conservação e reparação – gastos relativos a manutenção corrente do equipamento básico, nomeadamente das 2 IDAM;

(iii) Trabalhos especializados – incluem essencialmente os serviços de auditoria financeira, os serviços de gestão e administração técnica e financeiras fornecidas pela APP, e assessorias jurídicas e outras;

(iv) Outros Fornecimentos e Serviços – incluem essencialmente produtos químicos e análises laboratoriais para produção água de potável, e outros fornecimentos e serviços externos.

20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

<u>Custos c/Pessoal</u>	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	3.031.806	2.768.735
Encargos sobre remunerações	660.440	656.387
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	103.221	40.244
Gastos Ação social	0	0
Outros gastos com pessoal	1.501.252	1.439.207
	<u>5.296.719</u>	<u>4.904.573</u>

O número médio de empregados no exercício de 2023 foi de 7 e no exercício de 2022 foi de 7.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

<u>Outros gastos e perdas</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-22</u>
Impostos	(i) 345.316	(ii) 370.784
Abates ativo fixo tangível	0	2.488.296
Out. gastos e perdas (Multas Fiscais)	390.468	58.139
	<u>735.784</u>	<u>2.917.219</u>

- (i) A rubrica "Impostos" em 2023, inclui gastos com imposto de selo incidente sobre os juros dos vários financiamentos contratados, bem como o IUP referente ao ano 2023, no montante de 58.440 ECV e 286.876 ECV, respetivamente.

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Juros e rend.similares obtidos		
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>0</u>	<u>0</u>
Juros e rend.similares suportados		
Juros suportados	(i) 3.067.955	(ii) 3.476.997
Resultado financeiro	<u>-3.067.955</u>	<u>-3.476.997</u>

- (i) Juros suportados – incorporam todos os gastos financeiros suportados com os financiamentos referenciados no ponto 23. *Financiamentos*, conforme quadro a seguir discriminado:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Juros Suportados		
Financiamento DGT	1 447 092	1 447 092
Contrato suprimentos APP a APN	776 308	776 308
Creditos Rendas BCN	843 104	1 205 928
Juros de mora	331	1 170
Comissões	0	43 932
Outros Juros D.O.	1 120	2 567
Total	<u>3 067 955</u>	<u>3 476 997</u>

23. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

De acordo com o ponto 3.4. *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos* a taxa de imposto em vigor para o cálculo do imposto do exercício foi de 22%.

O cálculo do montante do imposto do exercício foi efetuado conforme segue, de acordo com CIRPC:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado Antes de Imposto	-1 511 434	1 020 624
Taxa Imposto	22,0%	22,0%
	<u>0</u>	<u>0</u>
Gastos não dedutíveis	677 344	415 590
Rendimentos Não Tributáveis	0	0
Dedução Prejuízos	0	-718 107
Tributação Autônoma	0	28 230
outros	-	-
	<u>677 344</u>	<u>-274 287</u>

Imposto s/rendimento Corrente	0	157 984
Imposto S/ rendimento diferido	0	0
		<hr/>
Imposto s/Rendimento	0	157 984
Taxa Efectiva do imposto	0%	15%

É possível visualizar no quadro abaixo as especificidades dos gastos não aceite fiscalmente:

	2023	2022
Imparidade em dividas de clientes não aceites ou para além dos limites legais	0	0
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	390 468	58 139
Imposto Único sobre o Património	286 876	286 876
Acréscimos de 30% dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	0	0
As despesas não devidamente documentadas	0	70 575
Correções nos casos créditos imposto e retenção na fonte	0	0
Donativos para além dos limites legais	0	0
	<hr/>	<hr/>
	677 344	415 590
	<hr/>	<hr/>
Efeito Fiscal (taxa 22%)	149 016	91 430

24. Partes Relacionadas

25.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

- **Acionista:** Águas de Ponta Preta, Lda. _ Empresa Mãe

25.2. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram efetuadas as seguintes transações com as partes relacionadas:

ANO 2023	TRANSAÇÕES								
	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	5 642 330	-	618 146	776 308	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	0	0	618 146	776 308	0	0	0	0	0

ANO 2022	TRANSAÇÕES								
	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	-	545 956	664 717	776 308	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	545 956	664 717	776 308	0	0	0	0	0

25.3. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

ANO 2023	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam.dívidas cob.dvidosa	Contas a receber liquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe	-	-	-	0	32 782 056	62 694 329	95 476 385
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	32 782 056	62 694 329	95 476 385

ANO 2022	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam.dívidas cob.dvidosa	Contas a receber liquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe	-	-	-	0	28 706 730	44 141 242	72 847 972
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	28 706 730	44 141 242	72 847 972

25.4. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos em empréstimos obtidos e concedidos:

ANO 2023

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51 045 127	51 045 127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51 045 127	51 045 127	0	0	0

ANO 2022

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51 045 127	51 045 127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51 045 127	51 045 127	0	0	0

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Fiscal Único

Os honorários faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo Fiscal Único relacionados com a auditoria das contas anuais ascenderam a 355.400 ECV.

Outros

Foram efetuadas todas as divulgações exigidas pela lei.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Relativamente aos efeitos adversos que podem ser suscitados pela conjuntura internacional derivada de um contexto geopolítico marcado pela persistência da guerra na Ucrânia e pelo deflagrar do conflito militar no Médio Oriente, tendo por base os melhores esforços possíveis e a melhor informação disponível até à presente data, confirmamos que: (i) monitorizamos permanentemente os riscos e impactos que possam advir para a atividade desenvolvida e para os ativos por nós detidos; (ii) avaliamos regularmente a necessidade de reforçar os controlos existentes; (iii) foram reconhecidos nas Contas de 2023 os impactos conhecidos até 31 de dezembro de 2023; (iv) procedemos às

divulgações aplicáveis nos documentos de prestações de contas, os quais consideramos não necessitarem de ser alterados e que; (v) a continuidade das nossas operações não se encontra em causa

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Foram prestadas todas as informações consideradas relevantes a melhor compreensão da posição financeiras e dos resultados da entidade.

Sal, 07 de abril de 2024

O Técnico de Contas,



(Karine Helena Dias Lopes – Cédula OPACC n.º496)

ANEXO 4. PARECER DO FISCAL UNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2023 a atividade da Águas de Porto Novo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 30 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO-Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

ANEXO 5. PARECER DO AUDITOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da Águas de Porto Novo, SA

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Águas de Porto Novo, SA (adiante também designada por APN ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 311 108 contos e um total de capital próprio de 25 348 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 1 511 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria descrita no primeiro parágrafo da secção *Bases para a opinião com reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APN em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Bases para a opinião com reservas

O ativo da Empresa em 31 de dezembro de 2023 inclui cerca de 272 400 contos a receber do seu cliente, o que representa mais de 4 anos de fornecimentos. O não recebimento em tempo daqueles valores tem obrigado a Empresa a socorrer-se do apoio financeiro do seu acionista maioritário, bem como ao não pagamento em tempo de alguns valores ao seu acionista Estado, o que provoca o registo de gastos financeiros. Salienta-se ainda que não se encontra registada qualquer imparidade relacionada com aquele montante a receber.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-*International Ethics Standards Board for Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de gestão, a evolução previsível da Empresa está condicionada pelo desenvolvimento do projeto da sociedade recém constituída Águas de Santo Antão, SA, na qual a APN assume uma participação de 25% do capital, sendo que esta nova sociedade assumirá a gestão do ciclo integral da água na Ilha de Santo Antão, aproveitando os diversos recursos hídricos da Ilha, entre eles a água dessalinizada da IDAM do Porto Novo e implementando as atividades de recolha, tratamento e reutilização das águas residuais. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja

- suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
 - Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
 - Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
 - Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e), do número 2 do artigo 345º, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Praia, 30 de março de 2024

A handwritten signature in blue ink that reads 'António Pina Fonseca'. The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.